

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**

Ano 5 • Número 42 • R\$ 7,00

10 CBTIM

Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios

Gestão do CONHECIMENTO

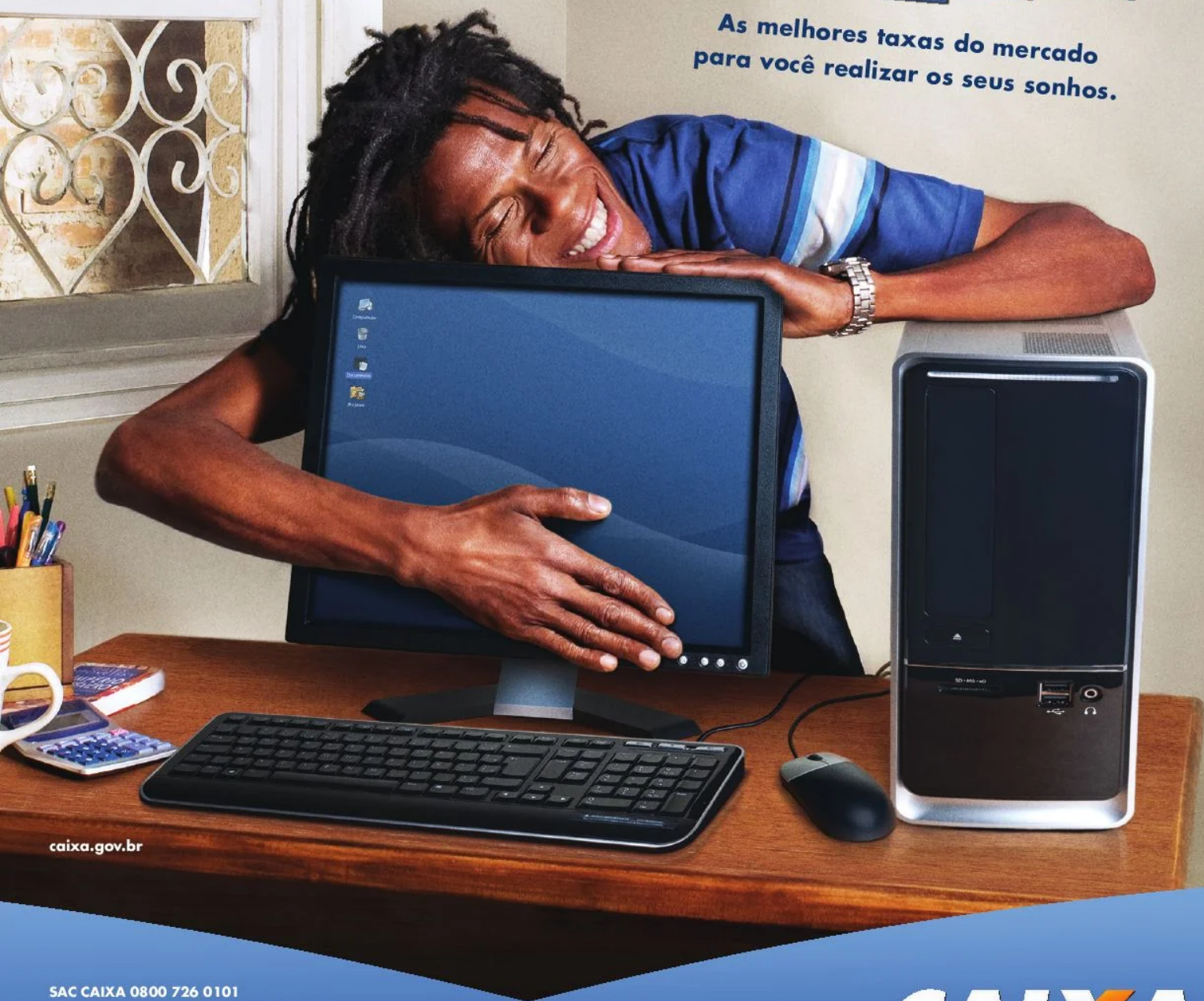
Maior evento de TI destinado aos municípios
ocorrerá em novembro

ESPECIAL: MATÉRIAS SOBRE TI NA GESTÃO PÚBLICA

TIRE DA SUA VIDA AQUELE COMPUTADOR QUE NÃO VALE NADA.
USE O CRÉDITO CAIXA PARA COMPRAR UM NOVO.

crédito
CAIXA

As melhores taxas do mercado
para você realizar os seus sonhos.



caixa.gov.br

SAC CAIXA 0800 726 0101

(informações, reclamações, sugestões e elogios)

0800 726 2492 (para pessoas com deficiência auditiva)

Ouvidoria 0800 725 7474

O banco que acredita nas pessoas

CAIXA



Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Bertogiã (1993 a 1996 e 2009 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 A 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Diego Denadai

Prefeito de Americana (2009 a 2012)

Secretário Geral

Aquevirque Antonio Nholia

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1996 e 1998 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapuí (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misiara

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

3º Secretário

Jamil Akio Ono

Prefeito de Andradina (2009 a 2012)

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1993 a 1988)

1º Tesoureira

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Socorro (2009 a 2012)

2º Tesoureira

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teodoro Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureira

Antonio Carlos de Faria

Prefeito de Caconde (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antonio Francelino

Prefeito de Álvaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salviatto Filho

Vereador de Brotas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

José Francisco da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinópolis (1983 a 1988 / 1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Garujá (2009 a 2012)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Marilene Mariottoni

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Gianpaulo Baptista

Vereador de Porto Feliz (1988 a 1990)

EDITORIAL

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E OS MUNICÍPIOS



Nos dias de hoje é impossível administrarmos uma empresa sem utilizarmos as ferramentas de TI disponíveis no mercado. Seja para controle, seja para confiabilidade de informações, mas principalmente porque ela se faz necessária para a sobrevivência de qualquer negócio.

Nos municípios não é diferente. Com o avanço da internet e principalmente por termos cada vez mais o cidadão tendo acesso a essa rede, precisamos voltar nossa atenção para essas tecnologias.

Começemos pelo fator transparência. Quando uma gestão utiliza as ferramentas de TI, possibilita que o gestor mostre a sua população como e de que forma são empregados os recursos públicos.

Avançando nessa linha temos o fator eficiência. A máquina administrativa torna-se mais rápida, pois todos os processos tramitam com mais agilidade e, principalmente no serviço público, ela se faz necessária.

Temos também o fator da eficácia. As possibilidades de ocorrerem erros são praticamente nulas, o que dá segurança para todos os gestores, pois cada vez mais as instituições que promovem os controles estão punindo irregularidades.

Não podemos nos esquecer que, além dos benefícios acima, outra possibilidade com o uso dessas ferramentas é o incremento da arrecadação tributária. Um exemplo é o da Nota Fiscal Eletrônica - os municípios que utilizam essa ferramenta conseguiram aumentar sua arrecadação de ISS.

Outro fator que tem causado uma mudança substancial nas áreas de TI nos municípios são os relatórios eletrônicos que precisam ser enviados para a Secretaria do Tesouro Nacional e também para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O não envio destes relatórios pode deixar o município impossibilitado de formalizar convênios com o governo federal e estadual.

A APM, atenta a todas essas ferramentas de TI e cumprindo com sua função de mostrar aos gestores públicos municipais os melhores caminhos para uma gestão profícua, realiza há 10 anos o CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios.

Neste congresso são apresentadas as mais modernas ferramentas de TI para que os municípios possam modernizar suas administrações. Porém, além de possibilitar ao gestor público municipal ter conhecimento dessas ferramentas, também mostramos as linhas de financiamento que os municípios podem obter para aquisição desses produtos e assim ter mais tranquilidade para gerir seu município.

Participem do 10º CBTIM!

Saudações Municipalistas!

Marcos Monti
Presidente da APM

SUMÁRIO

6 ENTREVISTA

8 CBTIM

Especial Tecnologia da Informação

- 10 Microempreendedor Individual
- 11 TI na Gestão Pública
- 14 Bolsa Eletrônica de Compras
- 15 Notas Fiscais Eletrônicas
- 16 Nota Fiscal Paulista
- 17 Projeto Audesp
- 18 TI como Inclusão Social
- 20 TI na Segurança
- 22 TI na Saúde

23 PÁGINA DA HISTÓRIA

24 MEIO AMBIENTE

25 PROJETO SACOLAS RETORNÁVEIS

26 ENTIDADE

28 IPT

31 PRÊMIO BOA GESTÃO

32 MUNICÍPIOS ANIVERSARIANTES

Outubro e Novembro

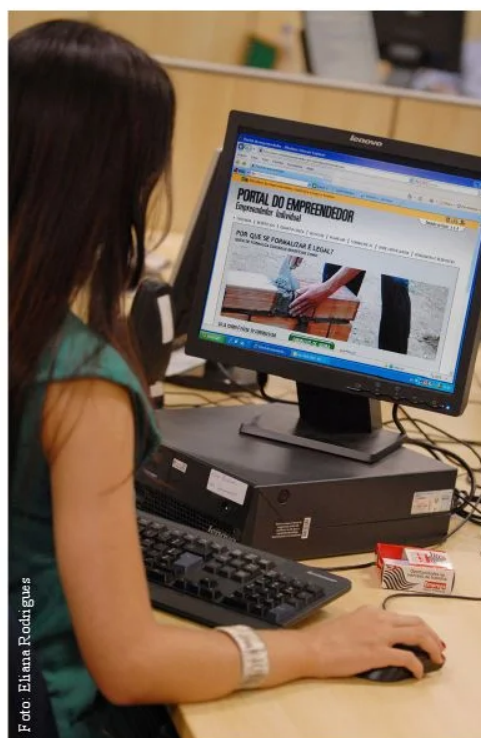
35 CONFERÊNCIA DAS CIDADES

36 TCE

37 ARTIGO JURÍDICO

39 LEGISLATIVO

40 ARTIGO JURÍDICO



42 GALERIA DE FOTOS

44 ATIVIDADES DA APM



53 TURISMO

54 CASOS E CAUSOS

Errata - Edição 41

Na última edição foi publicada a foto da cidade de Botucatu junto com os municípios aniversariantes do mês de junho. No entanto, a data correta do aniversário de Botucatu é 14 de abril.

Nas matérias de cobertura do Congresso Estadual de Municípios, não foi mencionado que as fotos eram de Reinaldo Vaz.



EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
Antônio Cesar Simão



REDAÇÃO

EDITORA
Daniela Bertoldo
imprensa@apaulista.org.br

EDIÇÃO DE ARTE
Núbia Barros
nubia@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios
Tel.: (11) 4368-5678 / 4367-5632

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Fone/Fax: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
imprensa@apaulista.org.br

Outubro - Novembro/2009

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios



Volare Escolarbus, sem limites!

Pronto para o Caminho da Escola com segurança, agilidade e conforto.

VE-02 – VOLARE V8L

Ônibus Rural

- 31 lugares
- comprimento 7.335 mm
- cadeira de rodas
- porta com vão livre de 950 mm
- lixeiras

- cronotacógrafo com GPS
- cinto de segurança individual
- direção hidráulica
- limitador de velocidade
- porta-mochila

VE-01R – VOLARE V8L

Ônibus Rural Reforçado

- 31 lugares
- comprimento 7.345 mm
- veículo desenvolvido para estradas em condições severas
- suspensão reforçada
- sala mais alta

- porta com vão livre de 950 mm
- cadeira de rodas
- estepe embutido na traseira
- lixeiras
- cronotacógrafo com GPS
- cinto de segurança individual
- direção hidráulica
- limitador de velocidade
- porta-mochila

Caminho da Escola

Veículos com itens de série do Programa Caminho da Escola. Financiamento via Governo Federal e recursos próprios para Municípios, Estados e DF. Veículos exclusivos para Órgãos Públicos.



Feito para levar VIDA de um lugar a outro!

volare.com.br • SAC 0800 7070078

Gestão do Conhecimento

Este será o tema do 10º CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios-, que será promovido pela APM entre os dias 3 a 5 de novembro

Por Daniela Bertoldo

O que é Gestão do Conhecimento? Qual sua importância? Quais suas diretrizes? Por que ela é um valioso recurso estratégico para os municípios? Essas e outras questões foram respondidas por dois profissionais renomados, que ministrarão palestras durante o CBTIM: Guilherme Ary Plonski e Roberto Meizi Agune.

Plonski é professor titular do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e professor associado da Escola Politécnica da USP. Foi diretor superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2001-2006).

Agune é Coordenador do Grupo de Apoio Técnico a Inovação da Secretaria de Gestão Pública do Governo do Estado de São Paulo. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1973), especialização em Planejamento Educacional pelo Instituto Sedes Sapientiae (1978) e em Administração e Planejamento Urbano pela Faculdade Getúlio Vargas de São Paulo (1985). Recebeu diversos prêmios de TI, como de Executivo de TI do ano de 2003 na categoria de Serviços Públicos, promovido pela Revista Information Week; prêmio de Profissional de TI do ano de 2004, na categoria governo, promovido pela Revista Informática Hoje; prêmio IT Leaders 2005, categoria Governo e Serviços Públicos, promovido pela IDG.

Confira abaixo a entrevista e saiba de que maneira a Gestão do Conhecimento pode contribuir com a excelência na gestão pública:



Guilherme Ary Plonski

O que é Gestão do Conhecimento (GC)?

É um conjunto de práticas utilizáveis por uma organização para gerir os conhecimentos relevantes para o seu bom funcionamento e desenvolvimento.

Por que o nome GC?

O nome se consolidou na década passada por trabalhos liderados por um estudioso das organizações, o professor (hoje emérito) Ikujiro Nonaka, da Universidade Hitotsubashi, no Japão. Os seus textos, que buscavam explicar as razões da crescente competitividade global das empresas japonesas, enfatizam a importância de uma gestão abrangente do conhecimento para criar uma dinâmica de inovação.

Por que a GC é tão importante para os municípios?

Ela ajuda a criar uma dinâmica de inovação na administração municipal, ajudando a gerar melhores soluções, com o que se beneficia a população.

A GC é um valioso recurso estratégico para a vida das pessoas, das empresas e prefeituras?

Sim. Ajuda as pessoas a realizarem o seu potencial contributivo na vida profissional e de envolvimento com causas em que atuam de forma voluntária. Ajuda as empresas a serem mais competitivas e a ter um melhor ambiente de trabalho. Ajuda as prefeituras a prestarem melhores serviços para os e as municípios.

Em que ela auxilia na excelência da gestão pública?

Ela valoriza a experiência do(s) funcionário(a)s e a participação de municípios. Enseja soluções inovadoras que dependem da integração de esforços de várias áreas da administração municipal.

Quais outros impactos da GC?

Para os municípios, um impacto adicional é aumentar a sua atratividade para investimentos e talentos.

Qual a importância da APM debater GC no CBTIM desse ano?

É uma excelente iniciativa, entre outros pela oportunidade de compartilhamento de experiências exitosas entre municípios.

De que forma a TI dá suporte à GC?

De várias formas, tais como facilitando a criação e operação de comunidades de prática. As redes sociais e web 2.0 vão nessa linha. ►

Em janeiro deste ano, foi instituído o decreto 53.963, com as diretrizes e política de Gestão do Conhecimento e Inovação no Governo do Estado de São Paulo. O que isso representa?

O governo do Estado de São Paulo vem tratando o tema de Gestão do Conhecimento e Inovação há alguns anos. Iniciou em 2004 quando introduziu esta temática em seus cursos de capacitação dos servidores (exemplo: no curso do PDG - Programa de Desenvolvimento Gerencial que já capacitou mais de 10 mil servidores). Tem também discutido esta questão no Ciclo de Palestras de Gestão do Conhecimento e Inovação no Setor Público onde procura mostrar como a revolução das tecnologias de informação e comunicação trouxe novos modos de criação, coleta, armazenamento, combinação e utilização do conhecimento que caracterizam o que se denomina Economia do Conhecimento, ou seja, uma economia que faz uso efetivo de conhecimento para seu desenvolvimento econômico e social.

Para inserir a administração pública paulista nesse novo modelo de desenvolvimento, o Governo do Estado precisa fazer a gestão estratégica de seu ativo mais valioso: o conhecimento – presente nas capacidades de aprendizado, inovação e adaptação às mudanças, de seus mais de 600 mil servidores públicos, nos processos organizacionais e, principalmente, nas redes de relacionamento intra e inter-organizacionais.

O Governo do Estado tem procurado criar um ambiente favorável na administração pública para que ela acompanhe e se integre nesta revolução que as tecnologias de informação e comunicação trouxeram, com a introdução de novos modos de criação, coleta, armazenamento, combinação e utilização do conhecimento e

da inovação, que vem afetando cada vez mais o dia a dia da administração pública. Enfrentar estas mudanças significa alterar valores, crenças, medos – o que tem sido feito por meio de um programa permanente de capacitação do servidor público e que envolve o conjunto de competências necessárias para o exercício de suas funções nestes novos tempos.

Atualmente a administração pública



Roberto Meizi Agune

estadual encontra-se devidamente preparada para promover, de forma mais sistemática, a adoção e implementação de uma política de gestão do conhecimento e inovação na esfera de atuação de cada um de seus órgãos e entidades e a edição do decreto 53.963, de 21/01/2009, que instituiu diretrizes e política de Gestão do Conhecimento e Inovação, em im-

plementação pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, é sinal inequívoco dessa prontidão.

As ações desenvolvidas pelo Governo do Estado nesta área encontram-se disponíveis para consulta em seu portal da Rede Paulista de Inovação em Governo – iGovSP – www.igovsp.net –, portal de colaboração, interação e qualificação centrado no uso de ferramentas

sociais.

A implantação do Programa de Inovação em Gestão Pública expressa duas preocupações centrais: promover a cooperação entre servidores e estimular a qualificação desses quadros. Outro princípio adotado na montagem e operação do programa diz respeito à utilização de ferramentas sociais. Três motivos principais levam à adoção dessas ferramentas: facilidade de uso, visto que elas não demandam conhecimentos especializados em informática para serem utilizadas; gratuidade ou custo simbólico; e adequação para o trabalho cooperativo.

Existe algum convênio firmado entre Governo do Estado e Prefeitura da cidade de São Paulo com relação a esse decreto de inovação? Se existe, como pode ser estendido aos demais municípios?

Não temos um convênio específico com a Prefeitura de São Paulo para tratar deste tema. O Governo do Estado e a PM de São Paulo assinaram há tempos (início da gestão Serra na Prefeitura) um convênio para troca de experiências e ajuda mútua na área gestão pública. As Secretarias de Gestão Pública do Estado e de Gestão e Desburocratização da Prefeitura de São Paulo têm trocado experiências neste tema específico. Inclusive, a Prefeitura lançou recentemente seu programa de “Inova Gestão” para capacitar seus servidores com foco centrado na gestão do conhecimento e inovação.

Todas as ações desenvolvidas pela Secretaria de Gestão Pública nesta área podem ser acompanhadas por meio da Rede Paulista de Inovação em Governo – www.igovsp.net e as prefeituras interessadas poderão contatar a Secretaria de Gestão Pública para ver como viabilizar um apoio mais efetivo. Destaca-se que a Fundação Faria Lima – CEPAM, órgão do governo do Estado, tem promovido inúmeras ações nesta temática junto aos municípios paulistas. ■

“A GC ajuda as prefeituras a prestarem melhores serviços”

Congresso Brasileiro de Tecnologia da

10ª edição do CBTIM ocorrerá de

Por Daniela Bertoldo

As pessoas cada vez mais vêm a necessidade de se ter um computador com acesso à web e sabem da importância de estar “conectado” ao mundo. Na Internet, há uma gama de informações, além de serviços online, como pagamento de contas, ensino à distância, compras, agendamento de consultas, exames, dentre outros.

Quase 24% das residências brasileiras têm acesso à Internet, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo IBGE.

A porcentagem de residências com computadores conectados à Internet, na região Sudeste, chega a 31,5%. Em seguida vem a região Sul, com 28,6%; a Centro-Oeste, com 23,5%; Nordeste com 11,6%; e na região Norte, com 10,6%.

As prefeituras municipais também utilizam a Internet como ferramenta de comunicação, divulgando seus trabalhos, prestando serviços. No estado de São Paulo, do total de 645 municípios, 416 têm websites oficiais, com extensão sp.gov.br; cerca de 31 possuem endereços alternativos e 198 não possuem páginas na web, segundo dados da Secretaria Estadual de Gestão Pública.

Com o intuito de mostrar aos prefeitos a importância da Tecnologia da Informação na gestão pública e as inovações tecnológicas existentes no mercado, a APM irá promover o 10º CBTIM

– Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, único evento de TI voltado aos municípios.

O presidente da APM, Marcos Monti, enfatiza que no CBTIM são mostradas as inovações tecnológicas, como forma de auxiliar os gestores públicos, cumprindo o papel da Associação, que é de orientar os municípios para uma administração transparente, eficaz, ágil e com economia.

No CBTIM, são apresentados casos de sucesso que comprovam a importância da TI na gestão pública, além de novas ferramentas para os municípios. “Sem sombra de dúvidas, a participação dos prefeitos é fundamental, para troca de experiências e conhecimento”, afirmou o presidente.

Para o secretário estadual de Gestão Pública, Sidney Beraldo, este evento é de suma importância para levar aos administradores públicos municipais as novidades, as experiências e as boas práticas no uso das TICs, que são ferramentas imprescindíveis para modernização da gestão municipal. “Ao longo desses anos, o CBTIM tem dado uma contribuição importante. É um espaço onde se apresentam opções e se desenvolvem cases que deram certo para serem implantados nas prefeituras.



a Informação auxilia gestores públicos

de 3 a 5 de novembro: inscreva-se!



A Secretaria de Gestão, sem dúvida, será parceira mais uma vez do CBTIM”.

Quem tem a mesma opinião é o secretário estadual de Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos. “Vivemos na era da sociedade da informação e essas ferramentas são muito importantes para a integração entre governos, empresas e trabalhadores. Por isso a importância da 10ª edição do CBTIM, contemplando os municípios paulistas e auxiliando na criação de novos aparatos tecnológicos no combate ao desemprego”.

Conforme destacou Afif, vários programas da Secretaria utilizam a Internet para divulgação e captação de candidatos. “O Governo há tempos reconhece a Internet como forma de integração dos trabalhadores e uma maneira de inseri-los no mercado de trabalho”.

Para ele, a importância do CBTIM está diretamente ligada às necessidades da sociedade da informação. “A inclusão dos órgãos governamentais na era digital significa a modernização da gestão pública, com novos serviços e facilidades para as pessoas, e uma nova perspectiva de cidadania”. •

Serviço

O 10º CBTIM - “Gestão do Conhecimento” - ocorrerá entre os dias 3 a 5 de novembro, no Shopping Frei Caneca, localizado à rua Frei Caneca, 569, bairro Cerqueira César, São Paulo/SP.

Diversos profissionais de renome foram convidados para ministrar palestras durante o CBTIM, com temas relacionados à Tecnologia da Informação. Haverá painel de Gestão do Conhecimento, Educação, Segurança, Planejamento e Finanças, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Gestão Pública, dentre outros temas.

O evento terá início no dia 3 de novembro, terça-feira, com credenciamento a partir das 8h30. A sessão solene de abertura está marcada para às 11 horas. A programação se estende até quarta, dia 5, com sessão solene de encerramento às 17 horas (programação e horários ainda estão sujeitos à alteração).

As inscrições estão abertas e podem ser feitas gratuitamente pelo site da APM – www.apaulista.org.br. •

Formalização como microempreendedor a apenas um clique

Anova concepção do MEI (Microempreendedor Individual) só usa Tecnologia da Informação (TI): desde o processo de inscrição e formalização, acompanhamento, impressão e pagamento do documento, download do guia do FGTS e do GFIP (Informação à Previdência), emissão de alvará, até o cancelamento do CNPJ e da inscrição.

Em vez de ir à Vigilância Sanitária, à Receita e a outros órgãos, o candidato a empresário pode realizar esses procedimentos online. Tudo no MEI é feito pela Internet, com procedimentos que duram no máximo 30 minutos.

Redução de custos, ganho de tempo, agilidade, facilidade e menos burocracia. É isso que o programa proporciona. O microempreendedor pode realizar todo o processo de abertura em sua casa. “A pessoa não tem nem que se locomover. Ao invés disso, é a informação que viaja. Precisa apenas imprimir um comprovante e encaminhá-lo, juntamente com o documento de identidade, à Junta Comercial de sua cidade para autenticação e legalização”, explicou o secretário estadual de Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos.

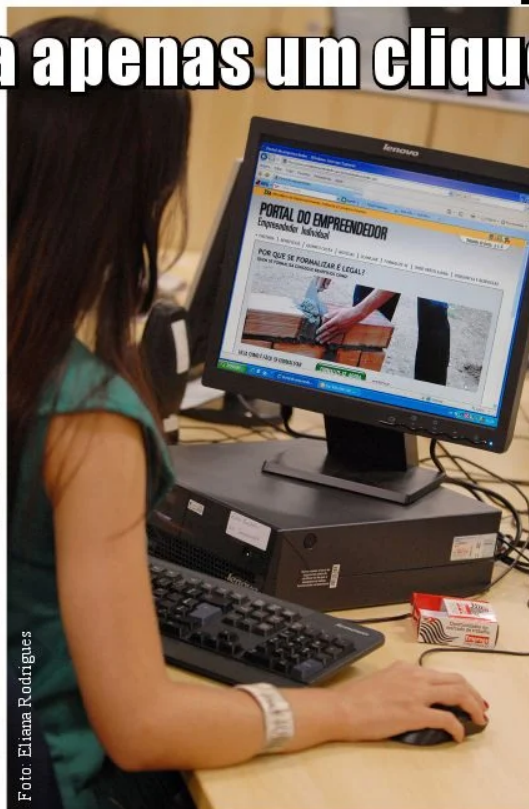


Foto: Eliana Rodrigues

Todo o procedimento para se tornar um microempreendedor é feito pela Internet

Quem não tiver computador, pode utilizar as unidades do ACESSA SP, Telecentros e Poupatempo, que disponibilizam terminais de acesso à Internet. “É a tecnologia facilitando a vida das pessoas”, acrescentou o secretário.

Essa facilidade proporcionada pela Internet faz com que o microempreendedor conheça os trâmites para abrir e conduzir sua empresa. “Ba-

sicamente acaba a figura do intermediário, diminuindo o tempo de abertura. Com isso economizam o governo, que não precisa fazer uso de diversos órgãos para a abertura de uma empresa, e o pequeno empreendedor, que não precisa se submeter aos trâmites burocráticos no decorrer do processo”.

Na opinião do secretário, o processo é muito vantajoso para o trabalhador, pois torna democrático o acesso aos serviços. “A burocracia que existia era um entrave. Muitos desistiam de abrir seus negócios e com isso a economia e o trabalhador saíam perdendo. Na informalidade, o trabalhador não usufrui dos benefícios previdenciários”.

Além do baixo custo - o MEI paga uma taxa de até R\$ 57,15 - o cidadão não precisa emitir nota fiscal ou fazer contabilidade. “Procuramos eliminar brutalmente da legislação as obrigações que oneram o pequeno empreendedor. Com esses incentivos, mais a possibilidade de contar com os benefícios previdenciários, são grandes os atrativos para tirar essas pessoas da informalidade e trazer luz a esse setor da economia que é tão importante para o país”. (D.B.) •

3,2 milhões de pessoas trabalham na informalidade

Hoje, existem 3,2 milhões de pessoas trabalhando na informalidade no Estado de São Paulo. Esse número corresponde ao total da população do Uruguai.

No Brasil, essa parcela compreende entre 10 e 12 milhões de pessoas. “Temos um contingente enorme de trabalhadores sem acesso aos benefícios da Previdência Social. Com a formalização, além de desfrutarem desses serviços, eles pode-

rão ter crédito, o que lhes proporcionará muitas vantagens”, afirmou o secretário estadual de Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif.

Até a primeira quinzena de setembro, 11 mil trabalhadores foram formalizados no Estado, conforme dados da Secretaria Estadual da Fazenda. “Quanto à expectativa de adesão, o sistema está passando por adaptações

técnicas, o que poderá acarretar um pequeno atraso, mas mantemos o prognóstico de que até o final de 2010 conseguiremos formalizar 10% dos informais, o que corresponde a 320 mil pessoas”.

Todas as informações sobre o MEI, como inscrição, formalização, benefícios e dívidas, podem ser obtidas no site: www.portaldomei.gov.br. (D.B.)



Guilherme Afif, secretário de Emprego e Relações do Trabalho

Internet aproxima população dos serviços do Governo do Estado

Modernidade: ações do governo podem ser acompanhadas por sites como Orkut, Twitter, Flickr e Youtube

No Estado de São Paulo, há uma secretaria específica (Gestão Pública) que utiliza as ferramentas de TI na busca da eficiência e melhoria da qualidade do serviço do estado e dos municípios.

Além das informações disponibilizadas nos portais do governo, o cidadão acompanha o que acontece por meio de redes sociais como: Twitter (microblog de textos), Flickr (hospedagem e partilha de imagens), Youtube (compartilhamento de vídeos) e Orkut (site de relacionamentos).

Em menos de um mês, já são mais de 25 perfis oficiais do governo no Twitter. O Twitter oficial do Governo SP já tem mais de 8 mil seguidores. “Além da divulgação do trabalho das secretarias, os visitantes esclarecem dúvidas e fazem sugestões”, explica o secretário estadual de Gestão Pública, Sidney Beraldo.

Recentemente, foi publicada resolução que amplia o acesso às redes sociais em órgãos públicos estaduais. A medida, segundo o secretário, visa incentivar o uso desses canais para divulgar ações e facilitar a integração entre governo e sociedade. A mesma resolução determina que os órgãos públicos incluam campos para que o cidadão informe seu e-mail e celular, facilitando a comunicação e o envio de informações para o usuário dos serviços.

Outra novidade é o envio de torpedos para manter o cidadão informado. Desde setembro, quem agenda o atendimento em uma das unidades do Poupatempo é lembrado do compromisso com 24h de antecedência.

A Secretaria do Meio Ambiente e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental usam o wap - tecnologia que permite a navegação na web a partir do celular, e mensagens sms para receber sugestões e críticas, informar a

condição de banho das praias e indicar o posto da entidade mais próximo do imóvel do cidadão.

O Metrô informa destinos e transmite informações sobre viagens. “Foi também no celular que a CPTM encontrou um meio aliado de expandir a segurança do sistema. O sms-denúncia permite ao passageiro avisar sobre qualquer suspeita de ilegalidade dentro do trem ou nos pontos de parada”, salienta Beraldo.

Para o secretário, todos os governos procuram implementar um novo modelo de gestão, que seja mais eficiente e transparente, preste melhores serviços, custe menos e que esteja mais próximo aos cidadãos. “Este modelo procura inserir a administração nesta nova era que vivemos - a quinta onda da inovação, denominada era do conhecimento, que está inteiramente calcada na Tecnologia da Informação. Não é possível imaginar um governo que não utilize as TI's em todo seu processo de gestão interna, na prestação de serviços e no relacionamento com a sociedade”.

Cidadão.gov

O Governo do Estado mantém em seu portal o site denominado: www.cidadao.sp.gov.br, por meio do qual é possível ter

informações e acessar os serviços disponibilizados pelo governo. Desde sua implantação, em 2006, já foram contabilizados 40.109.469 acessos.

De acordo com dados da Secretaria de Gestão Pública, este portal conta com 180 serviços cadastrados, sendo 98 ao cidadão, 721 a empresas e 991 a ambos; 307 serviços oferecidos totalmente online e 151 parcialmente; 1757 serviços têm indicação da respectiva ouvidoria para manifestação do cidadão/empresa; e 555 dos 645 municípios do Estado de São Paulo têm vinculação com este sítio.

A última pesquisa feita pelo Cebrap/Fundap sobre inclusão digital na cidade de São Paulo destaca que 14% dos entrevistados usam a Internet para o acesso ao governo eletrônico, proporção superior ao uso para transações bancárias/financeiras e para o comércio eletrônico.

Em termos mais gerais, o secretário informa que 59,1% dos moradores da capital acessaram a rede nos últimos 12 meses e verifica-se uma intensa apropriação da Internet pela população. (D.B.) •

Usuários

52,6% acessam a rede todos os dias;
36,1% pelo menos uma vez por semana;
7,1% pelo menos uma vez por mês;
3,2% menos de uma vez por mês.

Sidney Beraldo, secretário estadual de Gestão Pública



Poupatempo e Acessa São Paulo: tecnologia a serviço da população

Atendimentos em diversas áreas e internet gratuita são a tônica desses programas

Quatorze unidades fixas e sete móveis, mais de 226 milhões de atendimentos, com uma média de 95 mil atendimentos diários e mais de 250 serviços públicos disponibilizados. Este é o Poupatempo, programa do Governo do Estado administrado pela Prodesp - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo -, órgão da Secretaria Estadual de Gestão Pública.

No Poupatempo, o cidadão consegue tirar RG, Carteira de Trabalho, Habilitação, Atestado de Antecedentes Criminais, cadastro para vagas de emprego e acesso à Internet.

Além das unidades, o Poupatempo também se tornou virtual. O e-poupatempo oferece aos cidadãos salas equipadas para o acesso a mais de dois mil serviços públicos de esfera estadual, municipal e federal disponíveis na Internet, com a orientação de funcionários especializados.

Um dos principais objetivos da implantação destas salas, segundo o diretor-presidente da Prodesp, Mário Bandeira, é incentivar o cidadão a realizar, sozinho, os serviços públicos eletrônicos. “Os atendentes atuam como facilitadores e auxiliam, quando necessário, na execução do serviço, seja na manipulação do equipamento ou na navegação da página do órgão responsável”.

Também cabe aos atendentes acompanhar todo o processo e identificar as dificuldades e barreiras encontradas pelo cidadão, além de observar o comportamento dos usuários diante do atendimento eletrônico.

De acordo com Bandeira, os serviços mais acessados nas salas e-poupatempo são: emissão de atestado de antecedentes criminais, inscrição na Nota Fiscal Paulista, cadastro de currículo no Emprega SP, emissão de 2ª via de contas de água e luz e consulta a multas de trânsito e pontos na CNH. “O poupatempo mudou radicalmente o conceito de serviço público, servindo de modelo, inclusive, para outros estados e até países”, assegurou.

Outro serviço disponível à população é o Acessa São Paulo, programa de inclusão digital criado para garantir o acesso da população de baixa renda à tecnologia da informação e comunicação. São 503 postos em funcionamento, com mais de 4 mil computadores instalados e capacidade para 970 mil atendimentos por mês.

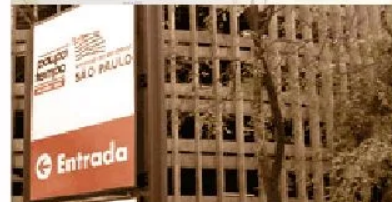
Criado há 8 anos, o Acessa São Paulo atinge a marca de 40 milhões de atendimentos e conta com 1,7 milhão de usuários cadastrados, estando presente em 444 municípios paulistas, o que representa uma cobertura de 68,9%. A meta é entregar outras 110 unidades até dezembro deste ano.

Para o município receber o Acessa SP, é necessário que a Prefeitura encaminhe um ofício à Secretaria de Gestão Pública manifestando o interesse. “O município deve oferecer como contrapartida um prédio adequado para funcionamento do posto e monitores para auxiliar no atendimento à população – hoje são mais de 930 monitores que foram capacitados pelo Estado”, explicou Bandeira. (D.B.) •

Prodesp

Além da implantação e administração desses dois programas mais conhecidos do governo paulista, a Prodesp é responsável pelo desenvolvimento e integração de sistemas em diferentes plataformas, data center, assessoria técnica, consultoria e gestão de rede.

Para se ter uma ideia, o Data Center Prodesp funciona 24 horas nos sete dias da semana, realizando cerca de 3,7 milhões de transações por hora. Ao Data Center estão conectados cerca de 5,5 mil escolas da rede estadual, os postos do Poupatempo e do Acessa São Paulo, entre outras unidades do governo estadual e prefeituras.



Alguns programas que têm suporte da **PRODESP**

Emprega São Paulo

Portal desenvolvido para a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho que promove o encontro entre cidadãos desempregados ou a procura de uma nova chance de trabalho e os empregadores.

A base de dados do sistema contava, até 22 de julho, com quase 1,5 milhão de candidatos, 38 mil empregadores e mais de 638 mil vagas cadastradas.

www.empregasaopaulo.sp.gov.br

Bolsa Eletrônica de Compras

Portal de comércio eletrônico que torna as compras estaduais mais ágeis, transparentes e econômicas, por meio de um sistema de leilão reverso na Internet.

www.bec.sp.gov.br

Infocrim

Sistema georreferenciado que, a partir das informações dos boletins de ocorrência, traça mapas e estatísticas da criminalidade, fornecendo à Secretaria de Segurança Pública informações consolidadas, estáticas e dinâmicas, para ações preventivas e de combate ao crime.

http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/seguranca_urbana/infocrim/0001

Licenciamento Eletrônico e IPVA Online

Aposentaram as guias em papel e permitem ao cidadão, a partir do número Renavam, licenciar seu veículo, até pela Internet, e receber o documento em casa, pelo Correio. Consultas ao banco de dados cresceram 14,4% em 2008, quando comparado a 2007, passando de 59 para 67,5 milhões. Já o número de pagamentos cresceu 15,3%, saltando de R\$ 14,8 para R\$ 17 milhões.

http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/seguranca_urbana/infocrim/0001

Pró-social

Cadastro informatizado com cerca de 1,5 milhão de famílias beneficiárias de programas sociais das três esferas de governo, como Bolsa Família, Renda Cidadã e Ação Jovem, além de programas promovidos por ONG's e entidades privadas. São mais de 6 milhões de pessoas cadastradas, além de 4 mil instituições privadas e 680 públicas.

www.prosocial.sp.gov.br

Teleaudiência Criminal

Permite que réus presos sejam ouvidos pela Justiça à distância, reduzindo gastos e diminuindo riscos de fugas. O sistema foi implantado em 16 salas de penitenciárias e fóruns. Em maio, o Governo do Estado autorizou a implantação de mais 50 novas salas. Desde agosto de 2005, foram realizadas mais de 3.800 teleaudiências, uma média de 84 por mês.

Cadastro do Funcionalismo Estadual

Permite a atualização permanente das informações dos servidores. Em 2008, 662 mil funcionários atualizaram, no mês de aniversário, seus dados e informações.

www.prodesp.sp.gov.br


Outros serviços

Processamento da folha de pagamento do Estado, envolvendo cerca de 800 mil servidores. Para o Detran, emissão mensal de 340 mil carteiras de habilitação. Mais de 10 mil carteiras de identidade são expedidas todos os dias e, mensalmente são colocadas em cobrança cerca de 600 mil multas de trânsito. •

Fonte: Secretaria de Gestão Pública

Compras eletrônicas ampliam o número de fornecedores

Sistema online também possibilita redução de custos



Agilidade no processo de compra, redução dos preços pagos nas aquisições e no custo para a participação do licitante, segurança, facilidade de acesso, padronização e maior transparência. Essas são algumas das vantagens da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), portal de comércio eletrônico onde as compras são feitas por meio de um sistema de leilão reverso (ganha quem der o menor lance).

A queda no preço é resultado da ampliação da competitividade entre os licitantes e da redução do custo operacional das empresas, segundo a assessoria de comunicação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. “A BEC/SP propicia uma redução de custos para a empresa em relação à entrega de documentação e deslocamentos de funcionários”.

No portal da BEC/SP, são divulgados os editais públicos, são disponibilizadas as informações sobre o que a administração está adquirindo e a que preço, e também é feito o cadastramento online dos fornecedores, permitindo que um maior número de fornecedores participe dos procedimentos licitatórios.

Com a criação do CAUFESP – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado –, o fornecedor escolhe a unidade para validação do seu cadastro, podendo participar dos procedimentos lici-

tatórios de todos os Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo.

Os processos licitatórios são públicos e todos os cidadãos têm acesso, podendo acompanhar o que está acontecendo em tempo real. Para isto, basta acessar o site: www.bec.sp.gov.br.

Números

Desde sua criação, no final de 2000, já foram realizadas na BEC/SP 233 mil negociações, num total de R\$ 3,3 bilhões com a aquisição de 1,4 milhão de itens. A economia média nas compras tem girado na casa dos 25% (base: julho/2009).

Atualmente, 169 municípios são conveniados com o Estado de São Paulo com o objetivo de estabelecer condições para a adesão à BEC, com vista à compra de bens, para entrega imediata em parcela única, com dispensa de licitação em razão do valor de R\$ 8 mil.

Pregão eletrônico

Um dos procedimentos de compras no sistema BEC é o pregão eletrônico – modalidade licitatória utilizada para realizar contratos administrativos de bens e serviços comuns.

Diferente do pregão presencial, o fornecedor pode participar de qualquer lugar do país, sem a necessidade de estar presente, o que significa aumento no número de fornecedores e das ofertas. Hoje, são 3.920 licitantes de outros Estados. “A TI possibilitou que pudéssemos desenvolver um sistema ágil e padronizado com a utilização da Internet para a viabilização das compras estaduais”.

Conforme destacou a assessoria, desde o início da implantação da BEC/SP importantes bancos de dados foram formados, auxiliando na produção de informações operacionais e estratégicas. “Os gestores municipais, ao utilizarem a BEC/SP, têm acesso às informações relativas ao catálogo de produtos e aos preços dos lances médios que podem colaborar com a estratégia de aquisição de bens e a implantação de uma gestão voltada para resultados”. (D.B.) •

São Paulo é o estado que possui maior volume de notas fiscais eletrônicas

Até 2010, indústria e atacado serão obrigados a emitir a NF-e

Atualmente, mais de 80 segmentos econômicos, como montadoras de veículos, fabricantes de autopeças, fabricantes e distribuidores de bebidas, de cigarros, de medicamentos, entre outros, já estão obrigados a emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

O Estado de São Paulo é quem possui o maior volume de notas fiscais eletrônicas autorizadas no país (mais de 115 milhões), representando cerca de 32% da emissão no Brasil, segundo informações do coordenador da CPM - Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária, Newton Oller de Mello.

O número de empresas credenciadas como emissores de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em São Paulo ultrapassa a marca de 36.000, com uma média diária de autorização de NF-e superior a 1 milhão de notas eletrônicas.

Para 2010, toda a indústria e atacado serão obrigados a emitir a NF-e, o que representará em São Paulo mais de 150 mil novas empresas emitindo este documento eletrônico. "Em termos de volume de notas fiscais em papel, a estimativa é de uma emissão mensal entre 60 a 100 milhões no Estado de São Paulo, dos quais hoje já estão com mais de 30% sendo emitidas eletronicamente", ressaltou Mello.

Combate à sonegação

Na opinião do coordenador da CPM, a NF-e representa importante avanço para o combate à sonegação e à concorrência desleal baseada na sonegação de impostos. "A NF-e possibilita ao Fisco ter a informação da operação comercial

que irá ocorrer entre as empresas antes mesmo da circulação da mercadoria, possibilitando um acompanhamento muito próximo pela fiscalização tributária".

A Secretaria passa a dispor de informações em tempo real das operações comerciais que estão sendo realizadas, além de ter acesso ao próprio documento fiscal eletrônico, facilitando o cruzamento de dados e a auditoria eletrônica.

A substituição dos documentos fiscais em papel pelos eletrônicos, com validade jurídica garantida por certificação digital, traz inúmeras vantagens, como redução de custos de impressão e armazenagem de documentos em papel. "A economia é bem significativa, em especial com relação ao custo de gestão de documentos em papel por cinco anos, que existia com a nota fiscal tradicional. Não existem estatísticas específicas a respeito, mas, segundo algumas empresas, a economia pode chegar até 5% do faturamento", informou.

Mello enfatiza que a sociedade também é beneficiada, pois, além do impacto favorável em termos ecológicos da redução de consumo de papel, "a modernização tributária oferece oportunidades de geração de empregos na área de tecnologia e de consultoria, sendo, ainda, importante incentivo ao uso de novas tecnologias no país". (D.B.)

BENEFÍCIOS da NF-e para o Contribuinte Vendedor (Emissor da NF-e)

- Redução de custos de impressão; de aquisição de papel; de envio do documento fiscal e de armazenagem de documentos fiscais;
- Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF;
- Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira;
- Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B);

Benefícios para o Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e)

- Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias;
- Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informa-▶



ção da NF-e;

- Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais;
- Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B);

Benefícios para a Sociedade

- Redução do consumo de papel, com impacto em termos ecológicos;
- Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias;
- Padronização dos relacionamentos

eletrônicos entre empresas;

- Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados a Nota Fiscal Eletrônica.

Benefícios para as Administrações Tributárias

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre

os fiscos;

- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais (Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

Fonte: Secretaria da Fazenda

Cresce adesão à Nota Fiscal Paulista

Cidadão pode conferir créditos pela Internet e fazer a transferência online para sua conta

O programa Nota Fiscal Paulista foi criado para incentivar o cidadão a exigir o documento fiscal quando adquire mercadorias e, em contrapartida, receber de volta até 30% do que cada estabelecimento comercial paga ao Tesouro.

O procedimento é simples: antes de efetuar a compra, basta informar seu CPF (se desejar) para ganhar créditos. O valor de créditos é calculado e disponibilizado para a consulta na Internet e o consumidor pode fazer a transferência online para a sua conta corrente ou conta poupança, em questão de minutos.

Os créditos também podem ser transferidos para outra pessoa física, podem ser doados para entidades sociais ou descontados no IPVA (opção disponível apenas no mês de outubro). O consumidor participa, ainda, de sorteios, cujos valores dos prêmios variam de R\$ 10,00 a R\$ 50.000,00. “Além disso, há o fortalecimento do exercício da cidadania, contribuindo para a redução da sonegação fiscal”, afirmou o líder do projeto Nota Fiscal Paulista da Secretaria da Fazenda, Evandro Luis Freire.

Segundo Evandro, o estabelecimento comercial também é beneficiado. “Podemos citar a redução no tempo de armazenagem dos documentos fiscais; dispensa de AIDF (Autorização para

Impressão de Documentos Fiscais) no caso de emissão exclusiva da Nota Fiscal On-line; maior isonomia e justiça fiscal, com diminuição da concorrência desleal e fortalecimento do combate à pirataria de produtos”, ressaltou.

Hoje, são 5.316.959 usuários cadastrados e o número vem crescendo a cada dia. O setor de vestuário e calçados é o que mais gera crédito: R\$ 365.326.000,00 (de maio/2008 até março/2009). Das cidades que mais geraram créditos, São Paulo aparece em primeiro lugar (R\$ 386.184.480,01), seguida de Jundiaí (R\$ 75.441.964,97) e Barueri (63.274.175,51).

Serviços online

No site da Nota Fiscal Paulista existem diversos serviços, como consulta aos documentos fiscais referentes às compras, aos créditos disponíveis e utilização dos mesmos, aos bilhetes e informações referentes aos sorteios e consulta dos estabelecimentos cadastrados. “Também existe um sistema de reclamações referentes aos documentos fiscais não registrados pelos estabelecimentos e possibilidade de doação de documentos fiscais que não contenham a identificação do consumidor à entidade social de sua escolha”.

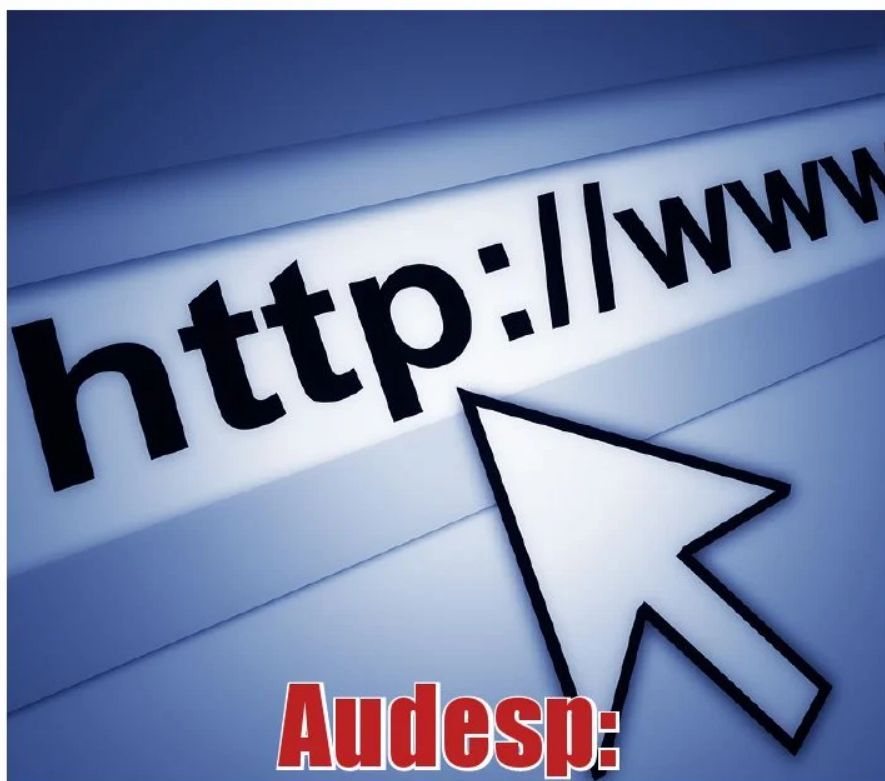
Além disso, o site oferece uma série de informações, como: legislação referente à NFP, diversos manuais para consulta, perguntas frequentes, Fale Conosco (canal para envio de e-mails sobre as dúvidas) e o placar com os números referentes ao programa.

Mito

Pedir nota fiscal dá problemas com a Receita? A resposta é não. Isso não passa de um mito, assegura Evandro. “O Governo de São Paulo não está interessado em acompanhar a vida dos consumidores ou em compartilhar os dados do sistema com o objetivo de monitorar seus hábitos, mas sim em reduzir a sonegação de tributos e a concorrência desleal”.

Ele explica que o projeto é iniciativa de São Paulo e não há vinculação com o Governo Federal. “Usar o CPF para devolver dinheiro às pessoas não tem implicação para os cidadãos, já que o CPF está estampado em talão de cheque, no cadastro de quem faz compras a prazo, no cartão de crédito, ou seja, as informações já são de conhecimento dos fiscos federal, estadual e municipal”. (D.B.) •





fiscalização de órgãos públicos é feita pela Internet

Hoje, não é mais necessário se deslocar até o Tribunal de Contas para entregar a documentação

Graças à Tecnologia da Informação, o Tribunal de Contas implantou o Projeto Audesp, que é um projeto de auditoria eletrônica de órgãos públicos no aperfeiçoamento do controle de gestão governamental.

Cerca de 2.000 órgãos públicos municipais obrigatoriamente prestam contas mensais. Antes, tinham que ir até o Tribunal - mais de uma vez por mês - para entregar os documentos. Hoje, a prestação de contas é feita pela Internet e, em questão de minutos, o Tribunal valida a recepção dos dados. Constatadas situações de irregularidades, automaticamente é emitido um relatório de alerta ao responsável pelo órgão, o qual tem tempo hábil para fazer as correções.

Para o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Edgard

Camargo Rodrigues, a Internet é, na atualidade, um dos recursos mais relevantes da Tecnologia da Informação. "Ela aproxima as pessoas e as Instituições, sendo também uma importante fonte de informações e conhecimentos e, neste contexto, um instrumento de transparência para a Administração Pública".

Dr. Edgard acredita que o Audesp se utiliza muito bem desse potencial: "os órgãos não precisam mais se deslocar até o Tribunal, economizando em viagens, diárias etc. Em um futuro breve, os cidadãos, consultando o Portal do Tribunal, poderão conhecer como o seu município vem sendo administrado e que avaliação o Tribunal está fazendo daquela Administração".

Em sua opinião, nos dias de hoje nenhuma Instituição sobrevive sem o apoio da

Tecnologia da Informação. "Diversas atividades internas são apoiadas em sistemas de informação. Os equipamentos estão interligados por meio de uma rede de comunicação de dados, que abrange os três prédios da Capital e os 15 prédios localizados em cidades do interior do Estado. A TI vem sendo aplicada, inclusive, na capacitação dos funcionários, por meio de ferramentas de ensino à distância (EAD) e de teleaula".

Audesp

O projeto Audesp foi criado para aprimorar os procedimentos de coleta de dados e informações dos órgãos fiscalizados e tem como objetivo disponibilizar um banco de dados contendo informações de cada órgão, em especial a sua contabilidade, com conteúdo padronizado e atualizado diretamente pelos próprios órgãos objeto de fiscalização. "As informações constantes do banco de dados resultante desse processo serão também disponibilizadas, via Internet, ao público em geral", informaram os coordenadores do Projeto Audesp, Marcos Portella Miguel e Maurício Queiroz de Castro.

A segunda fase do projeto está prevista para começar em 2010 (mais informações na página 35). De acordo com os coordenadores, a implantação será efetuada com ampla discussão, validação e pilotos de testes, em parceria com empresas de desenvolvimento e órgãos públicos municipais. "Queremos que todas as informações necessárias para a atuação da auditoria sejam prestadas pela Internet; prevemos que em 2012 atingiremos esta meta".

Na opinião dos coordenadores, a informatização é necessária para o aprimoramento dos procedimentos da administração, traz racionalização, agilidade, qualidade e, principalmente, minimização de custos. "Diante da transformação que ela produz e da dinâmica em que se aperfeiçoa, é extremamente importante o Congresso de TI que a APM irá promover, pois possibilita a exposição das inovações tecnológicas dirigidas especificamente para a área pública". (D.B.) •

TI auxilia no aprendizado das pessoas com deficiência

Ações da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência proporcionam melhora na qualidade de vida

Diversas ferramentas de Tecnologia da Informação possibilitam acesso às pessoas portadoras de deficiência, auxiliando no processo de aprendizagem, como, por exemplo, livros digitais para pessoas com deficiência visual, telefones para deficientes auditivos, teclados repositionados, dentre outros recursos que facilitam seu uso.

Apesar de o mercado de tecnologias assistivas e ajudas técnicas ter grande potencial, ainda é pouco explorado no Brasil, segundo informou a secretária estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella. “Tendo em vista o alto contingente de pessoas com deficiência no país – mais de 24,5 milhões – certamente existe grande demanda reprimida. Uma das prioridades de nossa Secretaria é incentivar esse segmento, promovendo o acesso a esses recursos por aqueles que os necessitam”, afirmou a secretária.

Linamara ressalta que essas tecnologias não estão suficientemente disseminadas em nosso país e, portanto, ainda têm alto custo, o que dificulta sua comercialização. “Por isso, estamos realizando uma série de ações para mudar esse quadro, difundindo o que existe de mais moderno, incentivando o desenvolvimento do mercado e facilitando o uso em grande escala desses recursos”.

A secretária salienta que os recursos de TI permeiam hoje praticamente todas as atividades humanas, mas enfatiza que para as pessoas com deficiência esses recursos ganham mais peso. “Eles têm importância adicional, pois apóiam ou substituem as funções de comunicação dessas pessoas com a sociedade, em função das limitações que possuem”.



Linamara Rizzo Battistella, secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Segundo Linamara, há uma carência de entendimento da sociedade como um todo de que todas as pessoas, com suas diferenças, têm garantido pela Constituição o exercício da cidadania e usufruto de seus direitos. “Esse é o primeiro grande obstáculo a ser vencido. Além disso, há um grande desconhecimento em relação às tecnologias assistivas disponíveis, ao desenho universal e demais normas de acessibilidade”.

Nesse sentido, a Secretaria trabalha

“Todas as pessoas têm garantido pela Constituição o exercício da cidadania e usufruto de seus direitos”

para conscientizar a sociedade e agilizar o avanço nas ações que proporcionem a melhora na qualidade de vida das pessoas com deficiência. “Estamos muito otimistas com a receptividade dos municípios paulistas em relação às políticas públicas que estamos apresentando”.

Inclusão

Em sua opinião, para haver a plena inclusão das pessoas com deficiência, em âmbito nacional, é necessário continuar trabalhando para proporcionar maior acesso e mais qualidade nos serviços públicos em geral. “Contudo, entendemos que é através da educação e da capacitação profissional que podemos empreender mudanças mais significativas”.

De acordo com a secretária, à medida que o Governador José Serra transformou a questão da pessoa com deficiência em uma prioridade de sua gestão, todos passaram a prestar mais atenção nesse segmento e em seus direitos. “Além do setor público, a imprensa e as ONGs também são importantes agentes nesse processo de construção de uma sociedade mais justa e inclusiva”.

Dentre as conquistas em âmbito nacional, Linamara cita a aprovação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2008, tornando-se norma constitucional. “Os maiores avanços e inovações vêm ocorrendo em São Paulo, com a criação das secretarias municipal e estadual, mas, principalmente, da Rede Lucy Montoro, que está levando medicina de reabilitação de qualidade ao interior, através da construção de hospitais e sua unidade móvel”. (D.B.) •

Estado inaugura terminais de acesso universal no Poupatempo

Computadores com softwares e dispositivos específicos permitirão que pessoas com deficiência possam acessar Internet em salas do e-poupatempo

Por: Governo SP

O governador José Serra, a secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella e o secretário da Gestão Pública, Sidney Beraldo, entregaram no dia 7 de outubro os novos Terminais de Acessibilidade do e-poupatempo que serão instalados em cinco Postos do Poupatempo. Os novos terminais vão possibilitar aos cidadãos com deficiência a utilização de serviços públicos por meio da Internet. “Hoje, inauguramos um tipo de inovação. Uma sala onde pessoas com deficiência têm acesso a equipamentos e softwares que possibilitam que elas se movimentem em relação aos serviços públicos”, afirmou o governador José Serra.

Os cinco novos terminais estão sendo instalados nas salas e-poupatempo dos Postos Itaquera, Santo Amaro, São

Bernardo do Campo, Ribeirão Preto e Campinas Shopping.

Todos os atendentes do e-poupatempo receberam treinamento específico para a utilização dos softwares e equipamentos dos terminais. Com a implantação desses novos Terminais de Acessibilidade, o Poupatempo promove a inclusão digital por meio dos serviços públicos eletrônicos, garantindo aos cidadãos com deficiência o direito de acesso a esses serviços. “Agora, as pessoas com deficiência estão efetivamente incluídas, usando o espaço, os mesmos equipamentos, com algumas adaptações, convivendo e ensinando a população a respeitar as diferenças e garantir os direitos humanos”, destacou a secretária Linamara.

Segundo dados do IBGE (Censo de 2000), mais de 24,6 milhões de pessoas no Brasil têm algum tipo de deficiência. Somente no Estado de São Paulo, são mais de 4,2 milhões, sendo que 2,6 milhões têm deficiência visual.

Equipamentos

O monitor é maior que os demais e tem

um braço móvel que permite seu ajuste em qualquer direção. A mesa permite ajuste vertical e não possui fechamento inferior, possibilitando a aproximação e encaixe de cadeira de rodas. Cada estação dispõe de um fone de ouvido para uso do software leitor de tela com privacidade, bem como de um dispositivo para o teclado chamado de colméia - uma capa acrílica com “furos” correspondentes a cada tecla, para o correto encaixe dos dedos, o que impede que as teclas sejam pressionadas simultaneamente de maneira involuntária por quem tem restrição motora.

Os novos terminais também contam com software leitor de tela, que se comunica com o usuário mediante síntese de voz. Outro programa, integrado a uma webcam, permite que usuários com restrição de mobilidade nos membros superiores usem o computador apenas com movimentos da cabeça e da face. Após calibragem com o rosto do usuário, o software gratuito - criado na Espanha - detecta seus movimentos e os transmite para o computador pela webcam, permitindo o manuseio do computador como um mouse sem fio. Este programa também permite que o cidadão interaja com o teclado do microcomputador, acessando, com a ponteira do mouse, o teclado virtual do Windows. •



MAPA DA

CRIMINALIDADE

Sistema de georreferenciamento produz estatísticas que ajudam nas ações policiais

A partir das informações dos boletins de ocorrência, é possível traçar mapas e estatísticas da criminalidade por meio de um sistema de georreferenciamento, o Infocrim (Sistema de Informação Criminal).

Utilizado pela Secretaria de Segurança Pública e pelas polícias, o programa permite o fornecimento de informações, auxiliando na produção de estatísticas de criminalidade, na tomada de decisões e nas ações policiais – prisões, apreensões de drogas e armas, localização de veículos furtados ou roubados, entre outros.

Segundo informações da assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, cada boletim de ocorrência ou termo circunstanciado que entra no sistema – chamado Registro Digital de Ocorrência (RDO) – é associado a um endereço e a uma coordenada geográfica.

Baseado nas informações do RDO, o Infocrim produz o chamado Mapa da Criminalidade, que indica dia, hora e local de maior incidência de cada crime.

O roteiro das viaturas da Polícia Militar é definido pelas informações armazenadas nos sistemas RDO e Infocrim. O itinerário privilegia locais de maior incidência criminal, com o objetivo de chegar antes dos criminosos para impedir suas infrações.

O Infocrim também produz gráficos comparativos de várias modalidades criminais e identifica quadrilhas ou criminosos que têm um mesmo *modus operandi*. Pela identificação das características de ações criminosas, mesmo que

ocorridas em regiões distantes, é possível chegar aos autores.

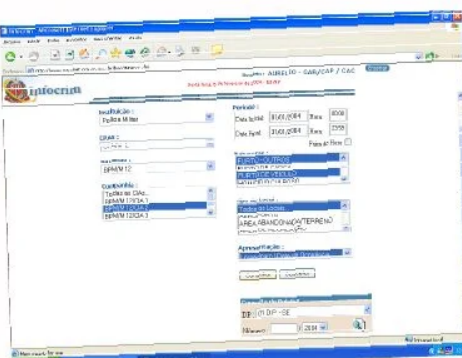
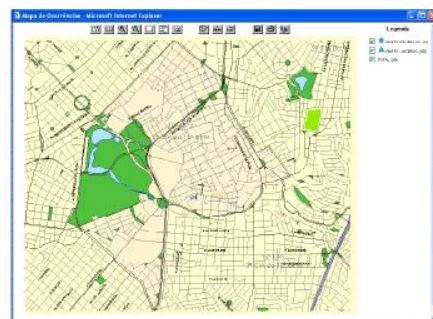
Outro trabalho da Polícia foi identificar as Áreas de Interesse de Segurança Pública (AISP), que são regiões da cidade com altos índices de criminalidade e características semelhantes, visando empregar as ferramentas mais adequadas no combate à criminalidade.

Plano de policiamento inteligente e programas específicos de policiamento também foram criados após a implantação do Infocrim, como o Programa de Policiamento de Trânsito, implantado na capital para dar segurança aos motoristas que sofrem furtos e roubos quando param seus veículos nos semáforos; e o Rocam (Rondas Ostensivas com apoio de Motocicletas), tipo de policiamento adequado ao trânsito pesado da capital e das grandes cidades.

Infocrim

Implantado na capital em 1999, o Infocrim chegou à grande São Paulo entre 2001 e 2003, estendendo-se depois para as cidades-pólo do interior, como Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto.

Hoje, o sistema está sendo levado para todos os municípios do interior e litoral. Inicialmente, apenas 53 cidades contavam com esse recurso. Com a expansão, o sistema chegou a 372 municípios. A meta é alcançar os 645 municípios do estado até o início do próximo ano. (D.B.) •





Câmeras de Segurança são importantes aliadas no combate ao crime

Sistemas de inteligência permitem reduzir a criminalidade

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo está concluindo a instalação de 260 câmeras de videomonitoramento na capital e 60 no interior - metade em Aparecida e a outra metade em Campos do Jordão. Essas cidades foram escolhidas pelo grande fluxo de turistas que recebem, segundo informou a assessoria de imprensa da Secretaria.

As câmeras são instaladas no centro da cidade, próximas a estádios de futebol, em locais de eventos e em bairros da periferia, sendo importantes aliadas no combate ao crime.

Além da prevenção, pois inibem o infrator, as câmeras também ajudam a desvendar ocorrências, uma vez que as imagens são gravadas - o sistema possibilita a visualização de objetos a grandes distâncias. As imagens são transmitidas através de rádio e podem ser usadas posteriormente como prova em inquéritos policiais.

Quando os operadores das câmeras percebem a possibilidade de ocorrência, consultam os bancos de dados criminais (via digital) e despacham as viaturas.

Por meio do GPS, é possível localizar as viaturas mais próximas das ocorrências e acioná-las para irem ao local.

De acordo com dados da assessoria, o conjunto dos sistemas de inteligência permite reduzir a criminalidade, como ocorreu com o homicídio doloso, que teve queda de 70% nos últimos 10 anos.

Delegacia Eletrônica

A Tecnologia da Informação é constantemente utilizada pela polícia. Diariamente, eles trabalham com uma série de sistemas criminais, como os bancos de dados Fotocrim e Phoenix, este capaz de identificar o padrão de voz dos criminosos.

Segundo a assessoria, há sistemas inteligentes que cruzam bases de dados, como o Ômega; e sistemas que controlam os recursos operacionais e logísticos das polícias, como o Copom Online, da PM.

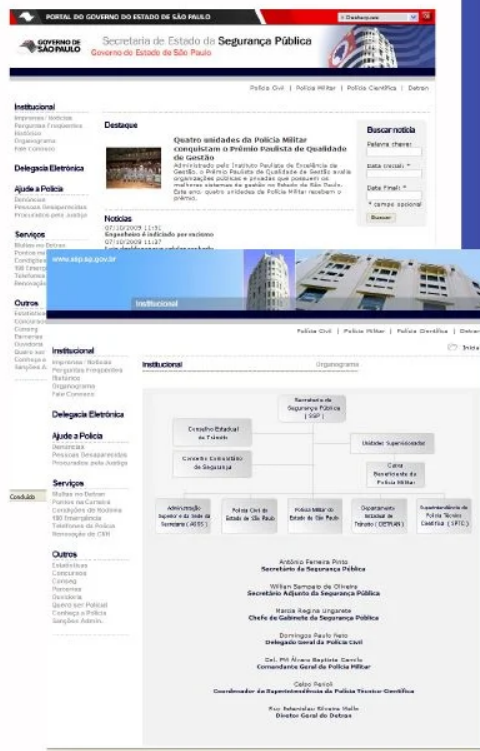
A Secretaria também disponibiliza a Delegacia Eletrônica, oferecendo inúmeros serviços e divulgando suas

ações. Pela Internet, o cidadão consegue, em questão de minutos, tirar seu Atestado de Antecedentes Criminais, emitido pela Polícia Civil; e consultar pontos na carteira de motorista, bem como multas e licenciamento do veículo (serviços oferecidos pelo Detran).

Também consegue fazer boletins de ocorrência online, registrar extravio de documentos, placas de veículo, comunicar desaparecimento de pessoas e pessoas procuradas pela Justiça. Tudo virtual.

A capacidade de atendimento da Delegacia Eletrônica foi triplicada pela Secretaria de Segurança Pública. Conforme enfatizou a assessoria, a importância da TI no trabalho da Secretaria é maior a cada dia. "A inteligência tem substituído a força. Tanto assim que os concursos de seleção de policiais sempre exigem dos candidatos conhecimentos na área de informática. Além disso, os cursos de formação de policiais nas Academias privilegiam o conhecimento e o domínio da Tecnologia da Informação".

Todos os dados estatísticos da Secretaria, informações e consultas a serviços podem ser encontrados no site www.ssp.sp.gov.br. (D.B.) •



Sistemas buscam eficiência na gestão da Saúde



Informatização dos serviços traz inúmeros benefícios

Cada vez mais os municípios utilizam a Tecnologia da Informação para melhor atender as pessoas que necessitam dos sistemas públicos, principalmente na área de saúde.

Por meio da TI, é possível implantar um sistema totalmente informatizado, com registros de serviços, cadastro único, informações sobre consultas, exames, compras, armazenamento de materiais, medicamentos, atualização de dados, agenda e prontuário eletrônico, dentre outros serviços. Além da agilidade, gera uma economia significativa e melhora a qualidade do atendimento.

Existem empresas especializadas em soluções de TI próprias para a área de saúde. “A TI contribui na melhora do atendimento na área da saúde e um dos principais benefícios evidenciados é a agilidade e precisão das informações que circulam no meio hospitalar”, afirmou Marcos Gaeta Lopes, empresário deste segmento.

Dois serviços são oferecidos e implantados pela empresa de Marcos em cerca de 100 instituições: o SISHOS – Solução completa para Gestão Hospitalar - e o SISSAP - Eficiência na Gestão de Saúde Pública.

Segundo Marcos, o SISHOS é um sistema integrado para gestão de proces-

sos de um estabelecimento hospitalar, que permite o registro dos serviços e procedimentos da unidade de saúde. “Cuida desde o ingresso do paciente, serviços de diagnósticos e Laboratório de patologia clínica, CRM, acompanhamento e ERP, até prontuários eletrônicos, com tecnologias de banco de dados relacional, e-procurement, business intelligence e computação móvel”.

Já o SISSAP é um sistema de gestão e informatização de postos de atendimento ao paciente. O sistema é composto por vários módulos especializados e visa integrar informações da Secretaria da Saúde, postos de atendimento e moradores do município em um banco de dados único e centralizado. “Estes dados consolidados objetivam o gerenciamento dos recursos humanos e materiais para um melhor atendimento aos munícipes e otimização na utilização dos recursos financeiros disponíveis”.

Também visa apoiar o acesso do usuário aos recursos de saúde pública, conferindo agilidade e maior transparência nas ações de saúde empreendidas pela Secretária Municipal da Saúde. “Na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (RS), por exemplo, são mais de 35 postos de saúde interligados, com mais de 350 usuários do sistema de controle de medicamentos”.

Importância da TI

Marcos ressalta que a TI é uma das melhores soluções na relação custo x benefício para a gestão pública controlar e dar transparência aos recursos públicos utilizados no município. “Com a Lei de Responsabilidade Fiscal e as diversas ações a serem implementadas (principalmente na área da Saúde, Educação e Segurança), em que os municípios precisam ter um maior controle sobre forma execução e os resultados obtidos com cada ação, a TI tem um papel fundamental na agilidade das informações objetivando a tomada de decisão”.

Uma das maiores dificuldades dos prefeitos e secretários, na opinião do empresário, é a disponibilidade de informações sobre recursos que podem ser implementados em seus municípios. “Evento como o Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação, realizado anualmente pela APM, certamente abre um leque de recursos disponíveis na área de TI que podem auxiliar os governantes municipais na identificação de ferramentas para auxílio na gestão eficiente de seus municípios”, finalizou. (D.B.)•

CBTIM

Por Carlos Cruz

“Caros amigos, as fotos desta edição da ‘Página da História’ reportam momentos das nove edições do CBTIM. Afinal, é um marco importante para a história de nossa APM estarmos realizando o 10º Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, considerando sua importância passada, presente e futura.”

ITM EXPO - 2000



1º CBTIM

ITM Expo - 2001



2º CBTIM

ITM EXPO - 2002



3º CBTIM

Palácio das Convenções Anhembi - 2003



4º CBTIM

Shopping Frei Caneca - 2004



5º CBTIM

Shopping Frei Caneca - 2005



6º CBTIM

Hotel Maksoud - 2006



7º CBTIM

Shopping Frei Caneca - 2007



8º CBTIM

Shopping Frei Caneca - 2008



9º CBTIM

50

ideias em prol do Meio Ambiente

Cartilha auxilia vereadores na criação de projetos de lei

Por Daniela Bertoldo

A cartilha “A Responsabilidade do Legislativo Local – 50 ideias” tem sido grande aliada dos vereadores. Criada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e pela UVESP (União dos Vereadores do Estado de São Paulo), a cartilha reúne propostas de leis ambientais municipais para auxiliar os vereadores na criação de novos projetos de lei a favor do meio ambiente.

O conteúdo, que teve a supervisão de advogados, comandados pelo especialista Gianpaulo Baptista, tem sido muito bem aplicado em diversos municípios. “Como exemplo, um só vereador em Suzano protocolou, na primeira quinzena de setembro, 14 projetos de leis”, ressaltou o presidente da UVESP, Sebastião Misiara.

Para divulgar a cartilha, foram promovidos seminários em várias cidades do Estado de São Paulo, como Rio Preto, Itu, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Marília. Participaram desses eventos mais de 2.300 pessoas, com representações de 310 municípios do Estado, totalizando 4.200 agentes públicos.

As melhores leis ambientais originárias do legislativo receberam o prêmio “Competência Pública”, em evento realizado em São Paulo no início de outubro. “Podemos dizer sem sombra de dúvida que o resultado é absoluto”.

Os seminários também estão ocorrendo fora de São Paulo. “Atingiremos

um total de 20 mil cartilhas, visto que estamos fechando os seminários no estado do Rio, Paraná e em Brasília”, anunciou Misiara. Os vereadores que ainda não tiveram acesso à cartilha podem acionar o site da UVESP e da Secretaria do Meio Ambiente.

Criação

A ideia da cartilha surgiu no 53º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela APM no início deste ano, em Santos. “Na ocasião, o secretário de Meio Ambiente, Xico Graziano, ouviu de alguns vereadores que eles queriam ampliar o número de projetos ambientais em suas cidades. Assim, o secretário procurou a UVESP para disseminar, em seminários, modelos de leis para os vereadores”.

Misiara ressalta que os congressos da APM e os seminários da UVESP são um verdadeiro “laboratório de ideias”, onde os exemplos são seguidos. “A abordagem do secretário Xico Graziano, municipalista por dever de consciência e por formação cidadã, propiciou a abertura para esses exitosos seminários que aconteceram até agora”.

Em sua opinião, os vereadores têm papel fundamental e decisivo no desenvolvimento municipal e no fortalecimento do processo democrático. “92% da população brasileira colocam o meio ambiente entre suas maiores preocupações; porém, menos de 50%

fazem sua parte, ou por desinformação, ou por falta de leis. Acredito que agora mudaremos o perfil da estatística”.

Quanto à importância de parcerias, Misiara afirmou que elas são fundamentais para se obter resultados mais eficazes. “O grande papel dos atores é educar para a saúde, pelo meio ambiente preservado. É formar soldados para combater o bom combate e preservar o que ainda temos nessa área. Esse é o grande desafio do movimento municipalista: garantir qualidade de vida no município, base de sustentação da nacionalidade”. •



Caconde sai na frente implantando sacolas retornáveis

Treze comerciantes aderiram ao projeto e já estão disponibilizando as sacolas retornáveis aos clientes

Por: Elaine Dias/Assessoria de Imprensa Caconde

Uma boa notícia para o Meio Ambiente em Caconde e que deve ser copiada por outros municípios: o prefeito Antonio Carlos Faria, o Fordinho, criou o projeto de Lei 2397, 29/06/09, que foi aprovado por unanimidade na Câmara, para incentivar os consumidores a não usarem sacolas plásticas, as quais poluem o meio ambiente e não podem ser recicladas.

Regulamentada, a Lei prevê que os estabelecimentos comerciais fiquem sujeitos a multas caso não providenciem a substituição de sacolas e sacos plásticos pelos ecológicos, no prazo de até seis meses.

A confecção das sacolas retornáveis e o trabalho de conscientização dos comerciantes da cidade estão sendo feitos pelo Fussom (Fundo Social de Solidariedade do Município de Caconde), em parceria com a bióloga Carolina Tardelli, através do projeto “Eu não sou de plástico”.

De acordo com a primeira dama Ivana Aparecida Elias de Faria, que iniciou o trabalho com os supermercados, 13 comerciantes aderiram ao projeto e já estão disponibilizando as sacolas retornáveis para seus clientes. Em tempo, a sacola retornável é feita de algodão, que é a matéria prima apropriada, pois se transforma em adubo orgânico.

Caconde é a primeira cidade da região que regulamentou esta Lei. “Sinto-me privilegiada em participar como voluntária deste projeto. O prefeito mostrou coragem e atitude, agindo em favor do Meio Ambiente”, comentou Carolina Tardelli.

Campanhas educativas serão realizadas junto à sociedade, especialmente nas escolas, visando conscientizar a população. “O primeiro passo foi dado pelas autoridades, agora cabe à população se



conscientizar e se habituar a usar a sacola retornável. O meio ambiente agradece!”, finalizou a primeira dama.

Plástico

Ninguém imagina o mal causado por estas sacolas. O seu tempo de decomposição é de aproximadamente 500 anos. Neste período, ficam soltas na natureza, flutuando nos oceanos, lagos e rios, entupindo bueiros, causando enchentes e matando animais. Não existe comércio para a reciclagem das sacolinhas plásticas, porque é mais barato produzir uma nova do que reciclar e, além disso, o peso, segurança, durabilidade e eficiência favoreceram o consumo irresponsável pela população.

Só no Brasil, são consumidos 12 bilhões de sacolas plásticas ao ano e cada brasileiro usa em torno de 66 unidades por mês, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Por tanto, em Caconde é utilizado mais de um milhão de sacolas/mês. •





Associação das Prefeituras de Cidades Estância do Estado de São Paulo

Nesta edição, o presidente da APRECESP (Associação das Prefeituras de Cidades Estância do Estado de São Paulo) e prefeito da Estância Turística de Itú, Herculano Castilho Passos Júnior, fala sobre a entidade e seus objetivos. Confira:

Quando a APRECESP foi criada?

A APRECESP foi criada em 1985 e a cidade de Campos do Jordão a primeira Estância do Estado de São Paulo.

Como é composta a atual diretoria?

Diretoria

Presidente - Herculano Castilho Passos Junior - Prefeito de Itú

Vice-Presidente - José Geraldo Garcia - Prefeito de Salto

1º Secretário - Nivaldo Domingos Negrão - Prefeito de Ibirá

2º Secretário - Antonio Adilson de Moraes - Prefeito de Salesópolis

1º Tesoureiro - Antonio Luiz Colucci - Prefeito de Ilha Bela

2º Tesoureiro - José Roberto Zem - Prefeito de Morungaba

Conselho Fiscal

Titular - Mariza de Souza Pinto Fontana - Prefeita de Socorro

Titular - Ernane Bilotte Primazzi - Prefeito de São Sebastião

Titular - José Bernardo Denig - Prefeito de Atibaia

Suplente - José Carlos de Mello Teixeira - Prefeito de Barra Bonita

Suplente - Maria Elizabeth Negrão Silva - Prefeita de Iguape

Suplente - Carlos Alberto Aparecido de Aguiar - Prefeito de Monte Alegre do Sul

Essa diretoria foi eleita em janeiro de 2009, com mandato de um ano.

Quantos municípios compõem a entidade?

A entidade é composta por 67 municípios e sua sede fica no município de São Paulo. As Estâncias são divididas em grupos: Estâncias Turísticas, Balneárias, Climáticas e Hidrominerais.

Qual a situação atual da APRECESP?

Com o ritmo que adotamos, a

APRECESP tem tido representatividade, funcionando como um elo entre as Estâncias e o Governo do Estado.

De outro lado, é importante citar que o governo José Serra tem cumprido seus compromissos nos repasses das verbas aos municípios e de forma pontual, o que dá segurança a todos os Prefeitos.

A APRECESP representa todas as Estâncias, levando suas reivindicações ao governo e participando das reuniões do Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias.

Como ela participa do processo de turismo no estado?

Hoje fazemos parte do Conselho Estadual de Turismo, Câmara de Turismo da Fecomércio e também do COC (Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias), órgão da Secretaria do Planejamento responsável pela análise de todas as propostas enviadas pelas Estâncias. Isso tem permitido uma aproximação maior com os representantes do DADE (Departamento

de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias) que muito tem contribuído para o sucesso de nosso trabalho.

Como são realizadas as reuniões da APRECESP?

Nossas reuniões são bimestrais e são realizadas em Estâncias que se oferecem para sediá-las. São muito concorridas, com a presença de secretários do estado, ministros, personalidades do mundo turístico e empresarial. Também introduzimos as reuniões setoriais, com pequenos grupos de Estâncias, objetivando saber dos problemas de cada região, de cada Estância e, principalmente, como fazer para ajudar o prefeito na solução desses problemas. Essas reuniões têm sido um sucesso, pois permitem levar ao conhecimento do governo várias sugestões nascidas ali, fruto do debate direto, com cada município. Essas sugestões estão sendo analisadas pelo Governo do Estado para serem implementadas em 2010.

Qual a participação da APRECESP nas feiras de turismo?

A APRECESP vem participando de diversos eventos neste ano de 2009, sempre junto à Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo. Este ano tivemos uma participação marcante no Congresso dos Municípios, realizado pela Associação Paulista dos Municípios – APM, na Estância Balneária de Santos, com nosso próprio stand, localizado em ponto estratégico do congresso, onde fomos visitados por centenas de visitantes. O Congresso foi um sucesso e a nossa participação também.

Quais os instrumentos que a APRECESP utiliza para divulgar o trabalho das Estâncias?

Reformulamos todos nossos sites. Hoje temos:

- Um site dirigido ao turista que dá acesso a todas as Estâncias. É importante frisar que, com as modificações que introduzimos, cada Estância atualiza o seu portal, com senha própria que permite acesso direto. Esse site está sendo implantado já tendo a participação de mais de 30 municípios.

- Introduzimos a TV Estância que possibilita globalizarmos todos os principais eventos de todas as Estâncias. Esse serviço é gratuito. Basta que o município nos mande um DVD com as imagens. Fazemos a edição e colocamos no ar.

- Nosso site institucional com informações sobre atos da diretoria, reuniões e demais informações que possam interessar o mundo do Turismo.

- Temos treze totens com informações digitalizadas de todas as Estâncias, instalados em pontos estratégicos. Nossa meta é ampliarmos esse número no próximo ano. É importante salientar que a atualização das informações são realizadas pelo próprio município.

Quem quiser mais informações sobre a Aprecesp, como deve proceder?

Pode acessar nosso site: www.aprecesp.com.br, ou www.estanciaspaulistas.com (em construção).

Nosso email é: aprecesp@aprecesp.com.br / aprecesp@gmail.com.

E nossos telefones: (11) 3073-1350 / 3073-1437. •



Carteira de Agente Público Municipal

A Carteira de Agente Público Municipal está de cara nova! Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua. Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você, Gestor Municipal.



Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você, Gestor Municipal

Confira as vantagens de ser um associado:

- ✓ Carteira de Identificação do prefeitos, vice-prefeitos e vereadores;
- ✓ Isenção da taxa de inscrição para prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos Congressos realizados pela APM: Congresso Estadual de Municípios e CBTIM;
- ✓ Desconto na taxa de inscrição para prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos cursos e seminários realizados pela APM;
- ✓ Isenção para acesso webcast, curso pela Internet;
- ✓ Direito a voto nas Assembleias, exercido pelo(a) prefeito(a);
- ✓ Acesso aos serviços da APM, como também aos pareceres e consultas jurídicas;
- ✓ Sala dos Municípios equipada à disposição.

SOLICITE AGORA MESMO A SUA CARTEIRA DE AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL

Informações

Fone: (11) 2165-9999 | Tratar com Fernanda - Email: fernanda@apaulista.org.br

INDICADORES AMBIENTAIS:

Ferramenta de comunicação e auxílio à tomada de decisão

*Por Omar Yazbek Bitar
Tânia de Oliveira Braga*

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT),
Prédio 59, Cidade Universitária, CEP 05508-901, São Paulo, SP

Gestores municipais e organizações da sociedade requerem, cada vez mais, informações consistentes e objetivas acerca da situação ambiental em seu território. Busca-se identificar claramente a dimensão dos problemas e, com base nisso, priorizar as ações e mobilizar os recursos necessários. Contudo, diante da grande variedade de fatores envolvidos, bem como da complexidade frequentemente observada nas múltiplas relações que ocorrem entre eles, essas informações nem sempre podem ser obtidas e aplicadas com a facilidade desejada.

Sabe-se, por exemplo, que a obtenção do índice de qualidade de água em determinado curso d'água utilizado para fins de abastecimento público, a depender do grau detectado, geralmente não é suficiente para priorizar melhorias no tratamento. Devem-se reconhecer também os fatores que determinam essa condição e que merecem igual acompanhamento, como a quantidade de pontos de lançamento de esgotos sanitários e efluentes industriais "in natura" a montante da captação. Também importa saber as consequências do estado da água medido, como o número de casos diagnosticados de doenças de veiculação hídrica e, ainda, o montante de gastos associados à rede ambulatorial e hospitalar mobilizada para esse tipo de atendimento. Ilustram-se, assim, apenas algumas das muitas questões que pode haver em relação aos recursos ambientais e que necessitam de uma abordagem analítica integrada.

Diante disso, salienta-se, com tendência evolutiva crescente nos últimos anos,

a perspectiva de construir e manter sistemas de informações ambientais integrados no âmbito das administrações municipais. Nisso, ganham relevância os indicadores ambientais, em virtude de sua potencialidade em sintetizar os dados essenciais às análises requeridas.

Origem

A demanda por indicadores ambientais emerge nos anos da década de 1970, quando governos e organizações não governamentais internacionais expressavam a importância de realizar avaliações sistemáticas e periódicas acerca da situação ambiental no mundo. Avaliava-se que os fenômenos ambientais configuram situações relativamente complexas e que é necessário desenvolver instrumentos para facilitar sua compreensão. Datam dessa época as primeiras iniciativas para a avaliação do estado do meio ambiente no mundo, com base em indicadores ambientais, visando obter um panorama mais sintético e objetivo da situação global. Posteriormente, esses panoramas foram progressivamente detalhados, alcançando continentes, países, regiões e cidades.

Em fins dos anos da década de 1980, o conceito até então difuso de indicador ambiental foi aprimorado no Canadá. Sugeriu-se simplificar as informações de caráter técnico-científico de modo a propiciar a comunicação pública sobre questões ambientais relevantes, o que também ocorreu nessa época em vários países, para subsidiar a tomada de decisões por parte dos governos en-



volvidos. Dava-se, então, um sinal para a produção sistemática de informações dirigidas especialmente a gestores públicos. O modelo elaborado pela OCDE começou a ser divulgado a partir de 1993.

Na Conferência Rio 92 e na Agenda 21 (cap 40), incluiu-se também a necessidade de desenvolver indicadores para a integração da questão ambiental com as outras dimensões do desenvolvimento sustentável (social, econômica e institucional/política), o que ampliou ainda mais a importância do tema. Verifica-se, desde então, forte evolução no desenvolvimento

de indicadores ambientais no mundo, com o surgimento de vários modelos e aplicações (Penna Franca, 2001, apud Consórcio Parceria 21, 2002).

Portanto, desde a origem, nota-se claro vínculo entre iniciativas voltadas ao desenvolvimento de indicadores ambientais e o estabelecimento de processos sistemáticos de avaliação ambiental, em que os primeiros se constituem em instrumentos fundamentais e imprescindíveis para a viabilização prática dos segundos. Indicadores ambientais compõem, assim, o elo entre uma compreensão sucinta da situação ambiental e as ações essenciais que devem ser tomadas para a resolução de problemas.

Conceito e finalidades

Para o entendimento do conceito de indicador ambiental hoje adotado, deve-se considerar a origem e o sentido da palavra indicador, que vem do latim *indicare* e que significa algo a salientar ou revelar. Exemplo ilustrativo pode ser encontrado nos índices de qualidade do ar, que envolvem múltiplos e complexos fenômenos físico-químicos que ocorrem na atmosfera, mas que podem ser traduzidos por meio de valores ou referências quantitativas, como a concentração de gases. E qualitativas, como na classificação das condições do ar em distintos níveis (boa, regular, ruim), passíveis de fácil compreensão por um público mais amplo.

Em resumo, o conceito de indicador contempla o desafio de revelar e comunicar, de maneira simples e objetiva, a ocorrência e a evolução de um determinado fenômeno cujas características são geralmente complexas.

Os indicadores podem servir a diversas aplicações, variando em função das necessidades e dos objetivos pretendidos com a sua utilização, podendo ser destacadas: alocação de recursos; classificação de locais; cumprimento de normas legais; análise de tendências; informação ao público; e investigação científica.

Esse conjunto de finalidades atribuídas aos indicadores de modo geral tende a ser mais bem cumprido se considerado sob a perspectiva de composição de siste-

mas integrados. Como no caso ambiental, ou seja, enquanto sistemas de indicadores ambientais nos quais todas as principais questões ambientais de um determinado contexto (espacial ou organizacional) estejam representadas.

Modelos de abordagem

Em distintos níveis de escala e abrangência territorial, os indicadores ambientais têm sido cada vez mais desenvolvidos em sistemas estruturados sob a égide da integração e inter-relacionamento. Nesse contexto, consolidam-se alguns modelos elaborados e aprimorados ao longo do tempo, a partir da estrutura original de análise proposta pela OCDE em 1993, denominada PER (Pressão, Estado, Resposta).

Essa estrutura decorre da necessidade de encontrar respostas às seguintes questões fundamentais inicialmente formuladas pela sociedade e pelos governos em relação aos recursos ambientais:

- ✓ o que está acontecendo com o meio ambiente (ou seja, o Estado);
- ✓ por que isso está acontecendo? (ou seja, a Pressão); e
- ✓ o que está sendo feito a respeito disso? (ou seja, a Resposta)

Os elementos ou fenômenos que caracterizam a Pressão sobre o meio ambiente se relacionam a atividades humanas e sua dinâmica (ou seja, as causas diretas e indiretas dos problemas ambientais, como emissão de poluentes, lançamento de esgotos “in natura” nos rios – **Figura 1-** ou redução da cobertura vegetal, pelo desmatamento). Os de Estado dizem respeito às condições do ambiente que resultam dessas atividades (como a qualidade das águas, do ar e do solo). Os indicadores de Resposta devem revelar as ações empreendidas pelo conjunto da sociedade (poder público, empresas, população) no sentido de melhorar o estado do meio ambiente. Isso pode ser feito por meio de políticas, planos, programas, projetos e ações, bem como para evitar, mitigar e corrigir os impactos ambientais negativos decorrentes daquelas atividades (atuando, assim, diretamente tanto nos impactos quanto nas pressões e no estado do meio ambiente).▶





Figura 1- Curso d'água, em trecho de área urbanizada, recebendo lançamento de esgoto: pressões diretas aos recursos hídricos.

Com a difusão e aplicação dessa abordagem, surgiram novos modelos que consideram necessário distinguir as atividades que compõem a Pressão, separando os fenômenos que atuam sobre o ambiente de maneira direta (compondo, então, a Pressão “P”, propriamente dita; como as emissões atmosféricas) e os que o fazem de modo indireto (como a urbanização – Figura 2, o crescimento da pobreza ou a desigualdade social), constituindo um novo tipo, mais amplo, denominado de Força Motriz (“F”). Esse novo tipo foi incluído no modelo proposto em 2001 pela Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, na sigla em língua inglesa), possivelmente em vista da necessidade de uma abordagem mais ampla nas análises efetuadas sobre o tema.

Representado pela sigla FER, esse modelo foi adotado também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os trabalhos sobre indicadores de desenvolvimento sustentável no País.



Figura 2- Ocupação irregular de encostas: situação de riscos e pressões diversas aos recursos ambientais pela urbanização.

Por sua vez, a Agência Europeia de Meio Ambiente adiciona, em 1999 (AEA, 2004), novos elementos de análise, considerando os indicadores de Impacto (“I”), criados para tratar dos fenômenos que se referem às consequências ou efeitos adversos à qualidade de vida, aos ecossistemas e aos aspectos socioeconômicos. Constitui, portanto, o modelo (FPEIR) mais abrangente em termos de tipologia e inter-relacionamento de indicadores ambientais (Figura 3).



Figura 3 – Modelo FPEIR, com alguns exemplos de temas que podem ser tratados por indicadores (Fonte: AEA, 2003).

A esses arranjos (PER, FER e FPEIR) soma-se a abordagem utilizada nos processos de avaliação ambiental de cidades, conforme apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em 2002, que contempla a estrutura PEIR (Consórcio Parceria 21, 2002).

Há também a abordagem da Agência Ambiental dos Estados Unidos da América (AA EUA – USEPA, na sigla em língua inglesa), que adota uma possível variante do conceito de Impacto, incluindo o tipo de indicador denominado de “E” de Efeito (“E”), relativo a consequências em geral ao meio ambiente, configurando o modelo PEER.

O Quadro 1 reúne os principais modelos desenvolvidos e praticados atualmente no mundo (representados pelas respectivas siglas), de acordo com os tipos de indicadores utilizados e a fonte institucional proponente.

Modelo	PER	FER	FPEIR	PEIR	PEER
Indicador					
Força motriz (F)		X	X		
Pressão (P)	X		X	X	X
Estado (E)	X	X	X	X	X
Impacto (I)			X	X	
Efeito (E)					X
Resposta (R)	X	X	X	X	X
Fonte	OECD	UNCSD	AEA	Pnuma	USEPA*

(*) <http://www.epa.gov/indicators/>, acesso em 2005
 Quadro 1 - Modelos de sistemas de avaliação ambiental, baseados em indicadores, conforme os tipos considerados.

O modelo de avaliação ambiental desenvolvido pelo Pnuma resulta do Projeto GEO (Global Environment Outlook), iniciado em 1995 com o objetivo de produzir a avaliação contínua do estado do meio ambiente global, regional e nacional, por meio de processos participativos e de parcerias institucionais. Foram gerados, no âmbito global, os relatórios GEO referentes aos anos 1999, 2000 e 2002, respectivamente denominados GEO-1, GEO-2, GEO-3 e o Anuário GEO 2004/5. Regionalmente, foram produzidos o GEO América Latina e Caribe (2000 e 2003) e, em nível nacional, os relatórios GEO de Barbados, Chile, Costa Rica, Cuba, Nicarágua, Panamá, Peru e Brasil, este último realizado sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama, 2002).

Vale acrescentar que o modelo FPEIR foi adotado no processo em andamento para elaboração dos relatórios de situação dos recursos hídricos, por iniciativa conjunta da Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (CRHi/SMA) e do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Esses órgãos, com a participação de todos os Comitês de Bacia Hidrográfica de SP, desenvolvem atualmente um modelo apropriado a esse contexto territorial (denominado GEO Bacias), com apoio do IPT. •

O texto continua na próxima edição...

Prefeitos recebem prêmio de Boa Gestão

Quatro municípios do estado de São Paulo ficaram entre os dez primeiros colocados, de um ranking de 150 municípios, na premiação de Boa Gestão, que avaliou o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS), segundo os dados da gestão de 2007.

Essa é classificação dos nossos municípios em nível nacional: 2º lugar: Fernando Prestes; em 5º lugar: Cerquillo; em 8º lugar: São Sebastião e em 9º lugar: Artur Nogueira.

Além dos quatro, outros 40 municípios do estado de São Paulo fizeram

parte do ranking dos 150 primeiros colocados e também receberam o prêmio da Confederação Nacional de Municípios (CNM). A premiação ocorreu durante a XII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada em julho deste ano.

Esta foi a segunda edição do prêmio IRFS, desenvolvido com intuito de incentivar os gestores a realizar uma boa administração, por meio do controle financeiro, das aplicações e da prestação de contas, mostrando que os municípios estão conseguindo avançar, a cada ano,

no cumprimento das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dados

O IRFS reflete anualmente o desempenho das administrações municipais nos critérios fiscal, social e de gestão. Pelo IRFS, a sociedade pode ter um parâmetro simples e amplo de avaliação das prefeituras de todo país.

Nesta edição, os dados mostraram um destaque significativo no desempenho da área fiscal. Em 2008, a evidência foi para a área social. (D.B.)•

UF	Município	IRFS 2007	Ordem 2007
SP	Fernando Prestes/SP	0,647	2
SP	Cerquillo/SP	0,634	5
SP	São Sebastião/SP	0,631	8
SP	Artur Nogueira/SP	0,630	9
SP	São José dos Campos/SP	0,624	12
SP	Mirandópolis/SP	0,619	17
SP	Novo Horizonte/SP	0,613	22
SP	Garça/SP	0,613	23
SP	Orlândia/SP	0,611	28
SP	São Roque/SP	0,610	30

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas oferecido pela APM:



Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
 Dados dos próximos cursos oferecidos pela APM;
 Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
 Informações sobre as repasses do Governo aos Municípios.



Casa Branca



Laranjal Paulista



Bernardino de Campos

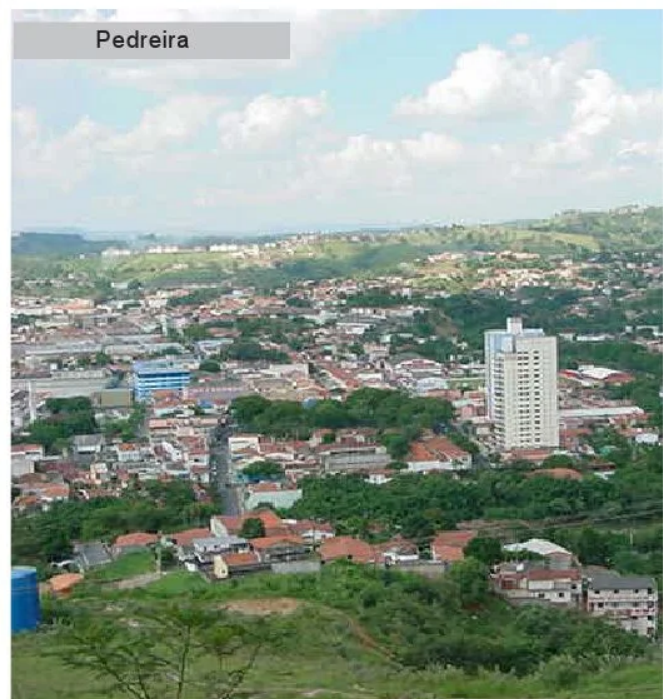


Descalvado



Foto: Cláudio Laranjeira

Pedreira



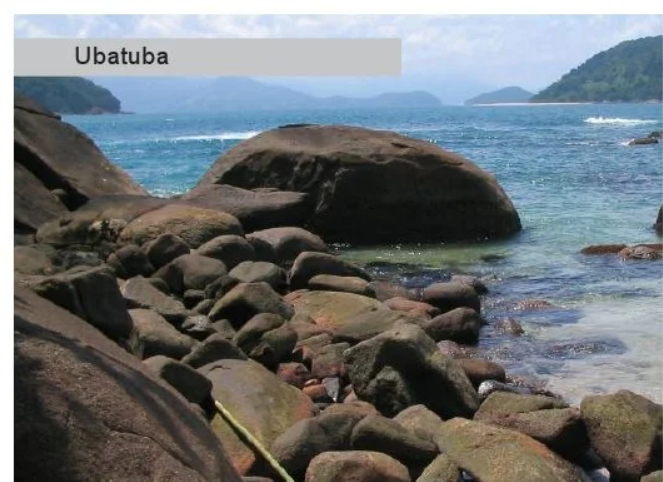
Novo Horizonte



Florida Paulista



Ubatuba





Ilha Solteira



Ribeira



Guaraçai



Tarumã

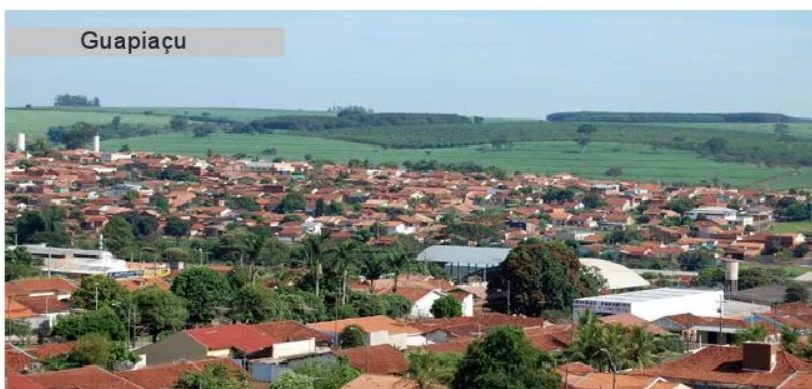


Torre de Pedra

São Sebastião da Gramma



Guapiaçu



Santana de Parnaíba



Itatiba



Potirendaba



Pilar do Sul



Elias Fausto



Guarantã



Guaraci





Municípios organizam Conferências das Cidades

Por Thais Fascina, assessoria Emplasa

As Conferências das Cidades estão previstas no artigo 43 da Lei Federal 10257, de 04/09/2001, Estatuto da Cidade, no capítulo da Gestão Democrática da Cidade. Elas acontecem em etapas: Municipais / Regionais, Estaduais e Nacional e reúnem representantes participantes e delegados do poder público e da sociedade.

A Emplasa, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA, por delegação da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, coordena e secretaria os trabalhos da 4ª Conferência Estadual das Cidades no Estado de São Paulo.

O lema deste ano é: 'Cidades para todos e todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social' com o tema: 'Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano'.

Atenção

Os municípios já estão se organizando para as Conferências Municipais e/ou Regionais que devem acontecer até 15 de dezembro de 2009. A convocação deve ser feita até 31 de outubro pelo Prefeito ou pela Câmara Municipal ou por entidades da sociedade. No site da Emplasa,

no link da 4ª CEC, estão todas as informações e uma Cartilha para orientação.

A Conferência Estadual foi convocada pelo Governador do Estado de São Paulo, José Serra, e será realizada nos dias 27 e 28 de março de 2010, no Memorial da América Latina e a etapa Nacional está marcada para os dias 24 a 28 de maio de 2010, em Brasília.

Os municípios escolhem delegados, proporcional à sua população, os quais participarão da Conferência Estadual em São Paulo. Eles devem ser escolhidos por segmento, de acordo com o artigo 17 do Regimento Nacional.

Os 6 segmentos que participam são: I – gestores, administradores públicos e legislativos estaduais e municipais, II – movimentos populares, III – trabalhadores representados por suas entidades sindicais, IV – empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, V – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos de classe profissional e VI – ONGs com atuação na área.

A Comissão Preparatória Municipal deverá elaborar um relatório da Conferência Municipal com conclusões sobre as pautas discutidas que será encaminhado à Comissão Preparatória Estadual, à Coordenação Executiva Nacional



e ao Executivo Municipal.

Benefícios

É importante que os municípios façam sua adesão, através do site da Emplasa, e realizem suas conferências e para discutirem os grandes temas que serão levados às Estaduais e Nacional.

As conclusões das conferências serão encaminhadas aos poderes executivos municipais, estadual e federal e poderão transformar-se em programas que beneficiarão as cidades. Municípios, realizem suas conferências. •

Site Emplasa: www.emplasa.sp.gov.br

Segunda fase do Projeto AUDESP – Auditoria Eletrônica dos Órgãos Públicos do Estado de São Paulo Prestação de Contas Anual



Dando continuidade ao processo de modernização e redesenho dos mecanismos do Controle Externo, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo avança para a segunda fase do Projeto AUDESP, com início de operação previsto para 2010.

A implantação desta segunda fase, da mesma forma como ocorreu na anterior, será efetuada com ampla discussão, validação, pilotos de testes, em parceria com empresas de desenvolvimento e órgãos públicos municipais. Nesta linha, o Tribunal já realizou no dia 09 de junho, em sua Escola de Contas, um encontro com empresários e representantes dos órgãos fiscalizados, onde foi apresentado o Módulo “Recepção de Documentos e Informações das Prestações de Contas Anuais”.

Da avaliação das necessidades de racionalização e da informatização dos procedimentos operacionais da fiscalização, foram priorizados para esta etapa os seguintes tópicos:

1. Recebimento da Prestação de Contas Anuais;
2. Emissão de Relatório Automático de Auditoria;
3. Registro de Opinião da Auditoria no

Sistema;

4. Edição de Papéis de Trabalho Eletrônicos.

No que se refere ao Recebimento da Prestação de contas anuais, a remessa de documentos será efetuada de duas formas:

1. Dados não Estruturados: Constituído basicamente de cópias de leis, pareceres, atas, certidões e outros documentos sem estrutura do conteúdo definido pelo TCESP, prestados através do Coletor.
2. Dados Estruturados: Composto por informações com leiaute definido pelo TCESP, que serão capturados ou de forma interativa ou por meio de arquivos XML. A documentação a ser encaminhada de forma estruturada é a seguinte:

- a) Relatório de Atividades: Contendo dados da execução orçamentária e os resultados físicos alcançados pelos jurisdicionados, viabilizando a avaliação comparativa entre as metas planejadas e as efetivamente realizadas;
- b) Conciliações Bancárias: Comparativo dos saldos contábeis e bancários;
- c) Mapa de Precatórios: Apresentando toda movimentação de inclusões, pagamentos, baixas e estoque;
- d) Relação de Contratos de Concessão e

Permissão de Serviço Público;

e) Fixação da Remuneração de Agentes Políticos;

f) Concessão de Reajuste de Agentes Políticos;

g) Remuneração de Agentes Políticos: Compreendendo informações sobre as leis de fixações e os pagamentos efetuados;

h) Dados de Balanços: Contendo informações sobre os resultados dos balanços apurados, permitindo a confrontação com os dados dos balancetes enviados mensalmente;

i) Atualização do Cadastro Geral da Entidade: Abrangendo dados gerais das entidades e dos seus responsáveis.

Conforme comunicado publicado em 29/06/09, na página do AUDESP na Internet foram disponibilizados os documentos, bem como a participação no fórum de discussão do Módulo Prestação de Contas Anuais. Para viabilizar o acesso ao fórum e aos documentos, cada usuário deverá seguir os seguintes passos:

1. Acessar a página de projetos do TCESP na Internet: <http://projetos.tce.sp.gov.br>;
2. Clicar no link Registrar nova conta;
3. Preencher os dados de cadastro;
4. Aguardar até 3(três) dias úteis para aprovação do cadastro;
5. Após aprovação, o usuário poderá fazer login e acessar o projeto Contas Anuais para postar mensagens nos fóruns disponíveis.

Com a implantação da segunda fase do projeto AUDESP, o Tribunal irá promover uma racionalização nos procedimentos dos órgãos fiscalizados, além do que possibilitará aos auditores mais tempo de dedicação à atividade-fim. •

Por: Mauricio Queiroz de Castro e
Marcos Portella Miguel
Coordenação do Projeto
Audesp

¹ Ferramenta utilizada para a criação de pacotes de arquivos com dados estruturados e dados não estruturados e envio dos pacotes para o AUDESP

SAÚDE: A QUESTÃO DA OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO, POR ESTADOS E MUNICÍPIOS, DE MEDICAMENTOS E SERVIÇOS DE ALTO CUSTO

Pela primeira vez, após uma série de audiências públicas realizadas no Supremo Tribunal Federal, seu Presidente Ministro Gilmar Mendes decidiu sobre a polêmica questão do fornecimento de medicamentos de alto custo pelo Estado.

A decisão do Presidente do STF foi proferida em Pedido de Suspensão de Tutela Antecipada proposto pelo Governo do Estado do Paraná que, por força de decisão judicial, foi obrigado a fornecer, a certo paciente, medicamento cujo custo mensal está orçado em US\$ 18.000.

Muito embora o Ministro Presidente reconheça que decisões como a combatida pelo pedido de tutela impactam as políticas públicas estabelecidas pelos governos para a área da saúde, ressaltou a especificidade do caso concreto.

Duas questões ficaram bem esclarecidas na decisão; a primeira se refere à intervenção do poder judiciário para o cumprimento de políticas públicas já estabelecidas, dentre elas a política pública do SUS. Neste aspecto, por ser óbvio o direito subjetivo ao cumprimento das políticas públicas, restou consignado o poder/dever do judiciário em compelir o Poder Público a cumprir as suas obrigações.

A segunda questão, esta problemática, se refere à obrigação do Estado (ou Município) no fornecimento de medicamentos ou tratamentos não registrados na ANVISA.

Em tese e, diante das inúmeras manifestações nas audiências pú-



blicas, o registro é indispensável para que o Poder Público seja compelido ao fornecimento.

O fato é que o Sistema único de Saúde adotou “Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas”, ou seja, reuniu critérios que permitem determinar os tratamentos e os medicamentos que devem ser fornecidos pelo SUS, e em consequência, a obrigação do Estado e/ou do Município em fornecê-los.

A decisão, todavia, abriga algumas ressalvas. A primeira se refere à possibilidade de compelir o Poder Público à importação de medicamento sem registro, mas com autorização da ANVISA para a sua importação. Tratam-se de medicamentos importados para o cumprimento de programas específicos de saúde pú-

blica dos SUS.

A segunda ressalva se refere à ineficácia do tratamento oferecido pelo SUS a uma determinada pessoa, abrindo-se a possibilidade ao Poder Judiciário para determinar o fornecimento de outro tipo de medicamento que se conforme com a situação específica do paciente.

No caso concreto, analisado pelo Ministro Presidente do STF, o medicamento pleiteado ao Estado do Paraná – Naglazyme - foi prescrito por médico que descreveu o avanço da doença do paciente (deformidade esquelética, hérnias umbilical e opacidade da córnea). O medicamento em questão, apesar de não contar dos protocolos e diretrizes terapêuticas do SUS, está registrado na ANVISA e o sistema único não possui tratamento ►

alternativo específico, fato que conduziu o Min. Gilmar Mendes a concluir, em seu voto, que o alto custo do medicamento não poderia ser justificativa para o seu não fornecimento.

O posicionamento do STF, posto na decisão, também deu origem a um relatório que foi encaminhado ao Ministério da Saúde, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Advocacia Geral da União, que tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do SUS.

No entanto, o significativo compro-

metimento de recursos orçamentários dos Estados e do Municípios com as despesas vinculadas às ações e serviços na saúde, em patamares muito superiores aos mínimos constitucionalmente exigíveis, é questão não resolvida.

O projeto da Lei Complementar prevista na Emenda Constitucional nº 29, que é de março de 2000 - quase dez anos - motivo de reivindicação no STF, ainda dorme em berço esplendido na Câmara dos Deputados, impedindo a definição dos critérios de rateio dos recursos da

União vinculados à saúde.

Senhores deputados federais, representantes do povo brasileiro e, portanto, representantes dos Estados e Municípios brasileiros, acordem! Votem a Lei Complementar da Emenda 29.

Finalmente um lembrete: o ano que vem, 2010, é ano de eleições parlamentares! •

Por:

ANTONIO SERGIO BAPTISTA

Advogado - Especialista em Direito Público e Coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, Diretor da ASB - Advogados Associados

MARIA FERNANDA PESSATTI DE TOLEDO

Advogada especialista em Direito Administrativo e Constitucional;

COMO AUMENTAR A ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM ATÉ 20% *:

O site www.prefeituraeletronica.com.br possui um módulo específico para os trabalhos de auditoria do ISSQN nas empresas optantes pelo Simples Nacional. Por meio dele, os Fiscais Municipais apuram o Imposto devido e constituem o crédito tributário por meio do Auto de Infração e Notificação Fiscal – AINF, que também pode ser preenchido e impresso diretamente em nossa página.

Cadastre-se para conhecer gratuitamente, por **20 dias**, todos os serviços do nosso site

* A estimativa de aumento de até **20%** no **ISSQN** é baseada no percentual médio de inadimplência no Simples Nacional, obtido com base nas informações constantes na base de dados do PGDAS



www.prefeituraeletronica.com.br



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

História e Transparência aproximam a comunidade do Legislativo

Por: Assessoria de Imprensa da Câmara de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto, com 550.000 habitantes, é sede de uma região produtora mundial de açúcar e álcool. Sofisticado centro educacional e pólo médico de excelência, foi eleita “Capital Brasileira da Cultura 2010”. Ao pesquisar o seu passado, a Câmara Municipal está contribuindo para mudanças nos rumos de Ribeirão Preto.

Quem procura acha. E acha coisas cada vez mais curiosas. Basta verificar as recentes descobertas arqueológicas, remontando a história do Brasil. Em Ribeirão Preto, de tanto os pesquisadores revirarem, fuçarem, acharam documentos e objetos que resgatam grande parte da história do Poder Legislativo, até pouco tempo espalhados pelos quatro cantos da cidade ou esquecidos nos porões.

Um exemplo é a descoberta de documentos que comprovam o fim da escravidão em Ribeirão Preto um ano antes da assinatura da Lei Áurea. No dia 3 de agosto de 1887, por indicação do vereador Rodrigo Pereira Barreto, a Câmara aprovou a libertação dos escravos no município. A Câmara também descobriu que teve um papel importante na biografia de Santos Dumont, o inventor do avião. O pai dele, Henrique Dumont, teve dificuldades para manter o filho na França, onde ele realizava experimentações. Documentos mostram que os vereadores de Ribeirão Preto aprovaram uma ajuda de custo para o célebre inventor, de um conto de Réis, viabilizando assim as invenções de Santos Dumont.

Essas descobertas estão acontecendo graças a historiadores, arquivistas, documentaristas, vereadores, ex-vereadores e moradores da cidade que estão trabalhando no resgate da história da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que começou em 13 de julho de 1874. A pesquisa é realizada por duas comissões instaladas na Câmara: “Arquivo Público do Poder Legislativo, Microfilmagem e Análise de Documentos” e “Memória do Legislativo”, coordenadas pelo vereador Gilberto Abreu (PV). Elas têm a tarefa de coletar, organizar e divulgar documen-



tos, móveis e objetos, além de gravação de depoimentos de legisladores e antigos servidores. Em julho, no aniversário da Casa de Leis, uma exposição mostrou parte do material já coletado.

História atual: Transparência

No dia a dia, outras histórias vão sendo incorporadas à memória da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. A atual Mesa Diretora implementou o Programa Transparência, com ações de impacto que refletem no relacionamento da Câmara Municipal com a comunidade.

A reformulação do site oficial, o Pregão Eletrônico e a instalação da Comissão de Compras e Serviços e a Comissão de Auditoria e Controle de Gastos, subordinadas à Comissão Permanente para Auditoria e Controle de Gastos, que acompanham com rigor a qualidade de produtos e serviços contratados, são ações concretas de Transparência.

Sessões ao vivo pela TV Câmara

A TV Câmara foi dinamizada e transmite ao vivo as sessões plenárias, possibilitando à população acompanhar a votação dos projetos de lei. Exibe reportagens sobre o trabalho dos vereadores na comunidade, prestação de serviços e o andamento de dezenas de Comissões Especiais de Estudos.

O Novo Regimento Interno, adotado em agosto, mudou a rotina das sessões, e colocou no ar, com a TV Câmara, o Debate Interativo, com temas propostos pelos vereadores. De casa, o telespectador participa ativamente fazendo perguntas por telefone.

Para o presidente da Câmara Municipal, Cícero Gomes da Silva (PMDB), que implementou o Programa Transparência, a composição atual da Câmara Municipal é representativa da diversidade da sociedade. “Acredito que esse Legislativo certamente está escrevendo um novo e importante capítulo na história de Ribeirão Preto e que as futuras gerações poderão ter orgulho do momento atual da Câmara Municipal de sua cidade”. •

O juiz determinou: o que fazer?

Por Isabela Giglio Figueiredo

Recentemente, recebi uma consulta vinda do Prefeito de uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo, solicitando orientação diante de ofício encaminhado pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, que determinava que a Prefeitura providenciasse a internação de crianças e adolescentes dependentes de entorpecentes e drogas afins.

Em sua consulta, observava o Prefeito que a medida oneraria muito a Prefeitura, não havendo previsão orçamentária para tanto.

Nesse cenário, estaria havendo ingerência do Poder Judiciário sobre o Executivo, em flagrante invasão de competências?

Vejamos.

O ofício encaminhado pelo juiz, por si só, não possui o condão de obrigar o Prefeito a providenciar a imediata internação dos referidos menores, mas o tratamento contra drogadição constitui obrigação imposta ao Estado de assegurá-lo como uma das políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 buscou enfatizar a figura da família brasileira, considerando-a como entidade fundamental da sociedade, a merecer proteção especial do Estado.

Com isso, atribuiu à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionaliza-

ção, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No cumprimento da referida obrigação, compete ao Estado a promoção de programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais, entre os quais se encaixam os programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependentes de entorpecentes e drogas afins.

Com efeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente, consubstanciado na Lei nº 8.069/90, em seu art. 7º, dispõe que “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”

Esse tipo de proteção deve se desenvolver por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas a municipalização do atendimento é uma das diretrizes da política de respeito aos direitos da criança e do adolescente.

Daí se infere a obrigação do Município de atuar com vistas a atender aos direitos do menor, legalmente

assegurados, sendo que, em caso de omissão, o próprio Estatuto autoriza que a autoridade competente determine a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a toxicômanos.

Assim, a obrigação do Prefeito, de providenciar o oferecimento desse tipo de tratamento aos menores que dele necessitam, decorre diretamente da Constituição Federal e da própria lei - e não exatamente da determinação do juiz, expressa em seu ofício.

Sendo assim, é altamente recomendável que cada Município crie uma política pública objetivando especificamente promover a proteção ao menor, prevista tanto pela Constituição Federal quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com o adequado atendimento dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal aplicáveis à hipótese.

A esse respeito, é de se observar que existe uma inegável limitação de recursos para a concretização de tais direitos, cuja implantação é, indiscutivelmente, onerosa para a Administração.

Nessas hipóteses, merecem ressaltar os condicionamentos impostos pela cláusula da “reserva do possível”, que se traduzem em um binômio que compreende, por um lado, a razoabilidade da pretensão individual/social deduzida em face do Poder Público e, de outro, a existência de disponibilidade financeira do ►

Município para efetivar as prestações positivas dele reclamadas.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, expondo que a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais está intimamente relacionada às possibilidades orçamentárias do Estado, de modo que comprovada, de forma objetiva, a incapacidade econômico financeira do ente estatal, não será possível dele exigir a imediata realização das determinações constitucionais.

No entanto, a cláusula da “reserva do possível” não pode ser invocada com o objetivo de desincumbir a Administração das tarefas a que está obrigada constitucionalmente, consoante já assinalou o Supremo Tribunal Federal, no mesmo acórdão anteriormente citado, principalmente naqueles casos em que a conduta negativa por parte do Estado puder acarretar qualquer espécie de aniquilação de direitos constitucionais que contém considerável carga de essencialidade.

Se, por um lado, é inegável a existência de uma séria limitação de recursos por parte do Município, por outro, não se pode perder de vista que a proteção aos direitos individuais, preconizada pela Constituição, demonstra os alvos prioritários dos gastos públicos.

Assim, em apertada síntese con-

clusiva, é possível afirmar que, se o Poder Público trabalhar para garantir o mínimo existencial, paralelamente ao estabelecimento de prioridades orçamentárias, estará atendendo de maneira produtiva a reserva do possível.

Isso significa que o Poder Público pode não ter condições de atender a todos os casos de crianças e adolescentes dependentes de entorpecentes e drogas afins, mas tem

mentárias da Municipalidade.

Vale enfatizar, por fim, que, no caso da consulta mencionada, a obrigação ora comentada não decorre, pois, da determinação do juiz, que não possui competência para obrigar o Prefeito a implementar esta ou aquela política pública, mas advém, outrossim, das próprias disposições contidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, merecendo, por isso, especial atenção. •



o dever de oferecer o tratamento a, pelo menos, um número mínimo de cidadãos necessitados desse tipo de serviço, por força da “cláusula da reserva do possível”.

Em outras palavras, é necessária a criação de um programa que ofereça medidas de proteção aos referidos adolescentes, observando-se as possibilidades financeiras e orça-

Isabela Giglio Figueiredo é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM - Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” (isabelagiglio@hotmail.com).

¹ *Processo ADPF 45 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, Relator: Min. Celso de Mello; julgamento: 29/04/2004, publicação: DJ 04/05/2004, in CONAM em Revista nº 15, p. 171.*

GALERIA DE FOTOS

O presidente da APM (Associação Paulista de Municípios), Marcos Monti, e membros da diretoria sempre recebem na sede da Associação a visita de prefeitos, vereadores, presidentes de entidades regionais, de organizações, entre outros setores.

Além das visitas cordiais, a APM recebe autoridades e profissionais de diversas áreas nos cursos e eventos que realiza. Confira abaixo alguns flashes das pessoas que passaram pela APM nos últimos meses.





Foto 1 - Gina Mara dos Santos Pastreis, prefeita de Paris; João da Brahma, prefeito de Cardoso; e Marcos Monti, presidente da APM;

Foto 2 - Prefeito de Itu, Herculano Castilho Passos Junior e o Presidente da APM;

Foto 3 - Aquevirque Nholla, secretário geral da APM; Kleber Centini, secretário de Turismo; Marcos Monti, presidente da APM; Antonio Franchi, prefeito de Serra Negra; e Carlos Cruz, tesoureiro geral da APM;

Foto 4 - Presidente da APM e o Prefeito de Iperó, Marco Antonio Vieira de Campos;

Foto 5 - Marcos Monti com a prefeita de Guapiacú, Maria Ivanette Veterasso;

Foto 6 - Jair Micheletto, presidente do PSDB; Marcos Monti, presidente da APM; Tharcilo Baroni Junior, prefeito de São Manuel e Luiz Antonio Forti, diretor de comunicação;

Foto 7 - Marcos Monti e o prefeito de Santa Rita D'Oeste, Walter Muller;

Foto 8 - Prefeito de Caconde, Antonio Carlos de Faria; presidente da Câmara de Brotas, Modesto Salviatto e o prefeito de Americana, Diego De Nadai;

Foto 9 - Marcos Monti com o presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Roque Lázaro de Lara;

Foto 10 - Prefeitos de Várzea Paulista, Eduardo Pereira; e de Osasco, Emídio de Sousa, com o presidente da APM Marcos Monti;

Foto 11 - Visita CIEE: Edson Grossi, Aquevirque Nholla, Celso Luiz Dutra, Marcos Monti e Juliana Nery;

Foto 12 - Secretário Geral da APM, Aquevirque Nholla, com o vice-presidente da "Fundación Contemporánea" da Argentina, Rodrigo Aybar;

Foto 13 - Vereadoras da AVESP;

Foto 14 - Presidente da APM, Marcos Monti; prefeita de Campos do Jordão, Ana Cristina Machado Cesar; secretário de Turismo, Tércio Laurelli; e a assessora Márcia Filippo;

Foto 15 - A vereadora Fernanda Coelho e o prefeito de Casa Branca Aparecido Antônio Sati, com o presidente da APM;

Foto 16 - Vereadores de São Manuel Claudio Enfermeiro, Cicarelli, presidente da Câmara Paulo Zapparoli, Marcos Monti e Paulo Peres;

Foto 17 - Aquevirque Nholla e o deputado federal do Paraná, Ricardo Barros;

Foto 18 - Carlos Cruz, tesoureiro geral da APM; Otacilio da Silva, prefeito de Piquete e presidente do CODIVAP; e Marcos Pedran, membro do CODIVAP;

Foto 19 - Marcos Monti e o prefeito de Luiz Antonio, José Alcides Posatti;

Foto 20 - Marcos Monti e o prefeito de Lucélia, João Pedro Morandi;

Foto 21 - Prefeito de Salto Grande, Geraldo Bittencourt Moraes; Aquevirque Nholla; e o vereador José Adão Marcena.





Presidente da APM participa de reunião da FRIM

O presidente da APM, Marcos Monti, participou de uma reunião com os prefeitos dos municípios que compõem a FRIM - Frente Regional Integrada de Municípios -, a convite do coordenador da entidade, o prefeito de Nova Castilho, Roberto Lopes.

A crise foi o principal assunto discutido nesse evento, que ocorreu no dia 2 de outubro, em Nova Luzitânia, contando com a presença de diversos prefeitos, vereadores e outras autoridades.

O prefeito anfitrião e membro da FRIM, Germiro Ferreira Lima, afirmou que a reunião teve saldo positivo e foi bastante proveitosa. “Discutimos basicamente a crise, o que os municípios estão passando nesse momento, as ações junto ao Governo Federal, as ações que a APM tem promovido em nossa região para tentar auxiliar e orientar os municípios nesse período, dentre outros assuntos”.

Na opinião do prefeito, a presença do presidente da APM foi de fundamental importância, pois ele passou sua experiência, deu orientações, apresentou dados e ‘cases’ vividos, além de exemplos de outras regiões, para que os municípios possam melhorar suas ad-

ministrações. “A importância do Marcos aqui se dá pelo fato da experiência e conhecimento que ele tem da causa. Como municipalista que é, traz para a gente uma vasta experiência de situações já vividas, ideias, enfim, uma gama de conhecimentos que nos ajudam, nos dá norte para lidar com as situações”.

O engajamento de Marcos Monti nas causas municipalistas e a presença constante dele nos eventos promovidos pela CNM – Confederação Nacional de Municípios – também foram elogiados. “O Marcos consegue nos passar aquilo de prático que está acontecendo. A presença dele sempre terá peso, por isso queremos organizar outras reuniões para convidá-lo. Para nós, foi uma honra muito grande recebê-lo aqui”.

Para finalizar, o prefeito de Nova Luzitânia afirmou que será feito um grande movimento de apoio à APM nos 14 municípios que compõem a FRIM - Nova Castilho, General Salgado, Gurolândia, São João de Iracema, Magda, Floreal, Nhandeara, Gastão Vidigal, Nova Luzitânia, Lourdes, Turiúba, Monções, Santo Antonio do Aracanguá e Macaúbal. “Vamos lançar a corrente da APM em nossa região”, assegurou.

Marcos Monti prestigia reunião da AMENSP

Membros da diretoria da AMENSP (Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo) reuniram-se na manhã do dia 03 de outubro para discutir assuntos de ordem administrativa e temas relacionados à saúde, educação, cultura e prestação de contas.

O evento ocorreu na cidade de Valparaíso, região de Araçatuba, reunindo diversas autoridades, presidentes de associações regionais e 10 dos 16 prefeitos que compõem a Amensp, entidade presidida por Celso Torquato Junqueira Franco, prefeito de Sud Mennucci.

O presidente da APM, Marcos Monti, foi presença marcante em mais um evento de entidades regionais, ministrando palestra sobre o “Fortalecimento da APM – Movimento Municipalista”. “O Marcos fez uma ótima apresentação, explicando o que a APM tem pleiteado e os benefícios que esses pleitos trarão aos municípios”, afirmou o prefeito de Valparaíso, Marcos Yukio Higuchi.

Assim como em Nova Luzitânia, no evento da FRIM (veja ao lado), a presença de Marcos Monti foi bastante elogiada por sua experiência e conhecimento das causas municipalistas, além de sua articulação política. “Ele comparece em todas as reuniões e toma ciência das nossas reivindicações para levá-las aos governos estadual e federal. O Marcos faz a ponte, levando nossos pleitos e buscando soluções”, destacou o prefeito.

O prefeito também elogiou a explanação do presidente da APM durante palestra sobre Tribunal de Contas. “O Marcos deu opiniões, orientações e nos esclareceu muito. Ele entende muito bem do assunto, fez colocações pertinentes, bem feitas e bem aceitas. De um modo geral, o evento foi bastante produtivo”, finalizou.



Mais de 20 prefeitos comparecem em reunião na APM

O presidente da APM, Marcos Monti, promoveu uma nova reunião com prefeitos, presidentes de associações e entidades regionais, no dia 29 de setembro, para montar a pauta de reivindicações que será enviada ao Governo Estadual.

A audiência com o governador já foi solicitada por Marcos Monti, o qual reforçou o pedido durante encontro com o Subsecretário de Relacionamento com Municípios, Rubens Cury. “Ele agendará essa audiência, onde estarão presentes a Diretoria da APM e os representantes das associações regionais”.

Ao final da reunião, foram definidos os temas que entrarão na pauta: valores repassados do transporte de alunos e para



a merenda escolar; isenção de pedágios para os veículos oficiais; contrapartida das prefeituras nos convênios da Defesa Civil, CDHU, entre outros; Guia de Transporte Animal (GTA); cessão de funcionários para o estado e a criação de uma instância objetivando um vín-

culo direto com as entidades, para que todos possam levar seus pleitos e, principalmente, acompanhar o andamento dos mesmos. “Esse é o primeiro passo, no sentido de construirmos um diálogo e buscarmos um entendimento nas questões que afligem os municípios”.

Presidente da APM representa municípios durante mobilização em Brasília

Mais de mil prefeitos compareceram à mobilização promovida pela CNM no dia 23 de setembro, no Senado Federal. O presidente da APM, Marcos Monti, esteve presente neste evento, em que foram discutidos temas relacionados à crise financeira que atinge os municípios e o seu reflexo na gestão municipal. Foram apresentados dados detalhados do desempenho da arrecadação do FPM.

Também foi aprovado o manifesto “O reflexo da queda das receitas na gestão municí-

pal”, documento que reúne as principais reivindicações dos gestores municipais.

Outras assuntos foram: perdas do Fundeb, necessidade de aprovação da Emenda Constitucional 29, reparcèlement das dívidas previdenciárias, tramitação das PEC dos Precatórios e novo marco regulatório do pré-sal.

Marcos Monti também participou de uma reunião com o presidente do Senado Federal, José Sarney, para levar as reivindicações dos prefeitos.



Marcos Monti prestigia posse do Ministro Alexandre Padilha

O presidente da APM, Marcos Monti, prestigiou a cerimônia de posse de Alexandre Rocha Santos Padilha como Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. O evento ocorreu em Brasília, dia 28 de setembro.

Antes de ser empossado como Ministro, Alexandre Padilha era Subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, cargo que ocupou pelo período de janeiro de 2007 a setembro de 2009.

APM reúne prefeitos para discutir queda do FPM

Quinze prefeitos e presidentes de entidades regionais, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais e membros da diretoria da APM reuniram-se no dia 9 de setembro, na sede da Associação, para discutir a queda na arrecadação do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, suas consequências e a Medida Provisória 462/2009, que trata da institucionalização da reposição das perdas do FPM por meio do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM).

Os prefeitos comentaram suas dificuldades e se mostraram temerosos caso não consigam fechar as contas no final do ano. Pediram ao presidente da APM que represente os municípios e associações regionais na luta para a aprovação

das emendas da MP 462/2009.

Essa medida provisória já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados, mas, quando chegou ao Senado, foram apresentadas mais 22 emendas. Devido a essa alteração, a MP 462/2009 voltou para a Câmara. “Nosso trabalho é forçar a votação na Câmara e manter a suplementação por decreto do valor orçamentário, para que a união possa repassar valores acima de um milhão de reais”, ressaltou o presidente da APM.



Marcos Monti se comprometeu a enviar um ofício a todos os deputados, solicitando a aprovação, mas afirmou que a participação dos prefeitos é essencial. “Os prefeitos devem fazer a mesma coisa, pois, assim, cada deputado receberá 645 pedidos do mesmo assunto”.

Documentário da TV Aparecida traz entrevista com Marcos Monti

O presidente da APM, Marcos Monti, participou do documentário da TV Aparecida sobre Emancipação das Cidades, que foi ao ar no dia 7 de setembro.

A reportagem teve duração de 30 minutos, mostrando diversos exemplos de municípios que querem se emancipar, mas esbarram na lei; de distritos que se emanciparam sem condições; de distritos que se emanciparam e já contavam com parque industrial para se manter economicamente; dentre outras situações.

A entrevista com o presidente da APM foi gravada em julho, na sede da Associação. Ele falou sobre a Constituição de 88 e explicou, em linhas gerais, como ocorre



o processo de emancipação. Marcos Monti também citou os motivos que levam os municípios e bairros a pedirem emancipação, destacou a posição da APM diante do crescimento desses pedidos e falou sobre a queda do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), mostrando em que isso afeta os municípios.

Assembleia Geral Extraordinária

O presidente da APM, Marcos Monti, esteve em Brasília no dia 22 de setembro para participar da assembleia geral extraordinária da CNM (Confederação Nacional de Municípios).

Participaram da assembleia membros da diretoria e presidentes das entidades de representação estadual para tratar de assuntos de interesse do movimento municipalista. Foram discutidas ações para dar encaminhamento às pautas prioritárias da XII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

No mesmo dia, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, recebeu os presidentes da CNM e da APM e os presidentes das entidades estaduais para uma audiência.



APM reúne prefeitos, associações regionais e presidentes de consórcios

Prefeitos de diversos municípios do estado de São Paulo, presidentes de cerca de 10 associações e entidades regionais, presidentes de consórcios das bacias hidrográficas e membros da diretoria da APM reuniram-se no dia 11 de agosto para debater diversos assuntos ligados ao municipalismo.

O foco da reunião foi estudar uma maneira de se elaborar uma pauta de reivindicações dos municípios paulistas e conseguir uma maior articulação do

movimento municipalista.

Foram citados alguns problemas enfrentados em cada município e os problemas que são comuns a todos (como, por exemplo, merenda e transporte escolar); e de que maneira as reivindicações podem ser levadas aos governos estadual e federal.

O encontro foi bastante produtivo, na opinião do presidente da APM. “Essas reuniões são de suma importância para mantermos a chama acesa”, finalizou.

APM marca presença em reunião do Sebrae

O secretário geral da APM, Aquevirque Nholla, participou de uma reunião do Sebrae-SP, no dia 5 de agosto, representando o presidente Marcos Monti. O motivo da reunião foi discutir o MEI – Microempreendedor Individual.

O evento contou com a presença do diretor-superintendente do Sebrae-SP, Ricardo Tortorella; do secretário estadual do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos; do presidente do CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), Felipe Soutelo; do presidente da UVESP (União dos Vereadores do Estado de São Paulo), Sebastião Misiara, dentre outras autoridades.



Presidente da APM prestigia evento do Município Verde Azul

O presidente da APM, Marcos Monti, esteve em São José do Rio Preto no dia 6 de agosto para participar do primeiro seminário sobre o programa Município Verde Azul, promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em parceria com a Uvesp – União dos Vereadores do Estado de São Paulo.

O programa, que agora recebe nova nomenclatura (para enfatizar a importância da gestão das águas), está sendo lançado em todo o Estado, por meio de uma série de seminários sobre a responsabilidade do legislativo local, com a divulgação da Cartilha “50 ideias para leis que favoreçam o meio ambiente” (veja

mais na página 24 desta edição).

O evento contou com a presença de mais de 70 municípios da região, 250 vereadores, 40 presidentes de Câmara e 42

prefeitos. Marcos Monti compôs a mesa de autoridades, junto do secretário de estado do Meio Ambiente Xico Graziano e demais autoridades.

Foto: Amauri do Amaral Campos





Presidente da APM representa municípios na XII Marcha dos Prefeitos

Durante a XII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorreu de 14 a 16 de julho, o presidente da APM, Marcos Monti, representou os municípios do estado de São Paulo, presidindo, coordenando e acompanhando os trabalhos e painéis.

Marcos Monti coordenou a mesa de trabalhos do Painel Setorial de Habitação, onde foi discutido o programa Minha Casa, Minha Vida; esteve presente na participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com todos seus Ministros e, no final da tarde, reuniu-se com a Bancada Paulista no Congresso Nacional para apresentar a pauta das reivindicações da XII Marcha.

Durante o encerramento, o presidente da APM compôs a mesa de autoridades na Plenária “Fortalecimento e perspectivas do Comitê de Articulação Federa-

tiva”.

Marcos Monti também participou da cerimônia de premiação da 2ª edição do IRFS (Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão), entregando os prêmios aos prefeitos do estado de São Paulo, ao lado do presidente da CNM.

A Marcha terminou com saldo positivo. Durante os três dias de encontro, mais de quatro mil gestores municipais estiveram na capital federal. As cinco pautas prioritárias - Precatórios, Lei de Licitações, Previdência, Emenda 29 e Reforma Tributária – foram discutidas exaustivamente pelos prefeitos. Todos os itens e as reivindicações fizeram parte da Carta da XII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, cuja leitura foi uma das últimas atividades do encerramento oficial do encontro.

Secretário Estadual de Gestão Pública recebe diretoria da APM



O secretário estadual de Gestão Pública, Sidney Beraldo, recebeu o presidente da APM, Marcos Monti, o vice-presidente José Luiz Rodrigues (Zé Louquinho) e o secretário geral Aquevirque Nholla (Vick), no dia 2 de julho, na sede da Secretaria.

Os diretores da APM foram até o secretário conversar sobre o 10º CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, que será realizado em São Paulo entre os dias 3 a 5 de novembro, no Shopping Frei Caneca.

Sidney Beraldo afirmou que é um prazer receber a direção da APM, com quem a Secretaria tem trabalhado ao longo desses anos. “Eu como ex-prefeito sempre procurei fortalecer o municipalismo e queremos continuar sendo parceiros desse evento, que já está em sua décima edição”.

Presidente da APM participa de Assembleias Extraordinárias da CNM

O presidente da APM, Marcos Monti, participou de duas assembleias extraordinárias da CNM – Confederação Nacional de Municípios. A primeira ocorreu dia 30 de junho, no Rio de Janeiro, e contou com a presença de diversos presidentes de entidades estaduais de municípios. A segunda foi em Brasília, no dia 13 de julho, para discorrer sobre a Marcha a Brasília.

Diretoria da APM no lançamento do MEI

O vice-presidente da APM, José Luiz Rodrigues (Zé Louquinho) e o secretário geral da APM, Aquevirque Antonio Nholla (Vick), participaram do lançamento das Medidas de Apoio à Formalização do Microempreendedor Individual (MEI) no Estado de São Paulo. O evento foi realizado dia 30 de junho, no Palácio dos Bandeirantes.

Dentre as autoridades presentes estavam: o governador José Serra, o ministro da Previdência Social, José Pimentel; o secretário do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos; o secretário da Gestão Pública, Sidney Beraldo, entre outras.

São Paulo é o primeiro Estado a regulamentar o MEI, que é uma forma de adequação à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (veja mais na página 10).

Marcos Monti é homenageado com decreto “Hóspede Oficial do Município”



Mais de 30 prefeitos e seis vice-prefeitos, além de deputados e lideranças políticas participaram da primeira reunião ordinária da AMCOP (Associação dos Municípios do Centro Oeste Paulista), que ocorreu no dia 20 de junho, na cidade de Garça.

Além de compor a mesa de autoridades, o presidente da APM, Marcos Monti, foi homenageado com o decreto de Hóspede Oficial do Município, entregue pelo prefeito de Garça, Cornélio César Kemp Marcondes. Também receberam essa homenagem o prefeito de Osasco, Emídio de Souza; o subchefe Alexandre Padilha e o deputado João Paulo Cunha.

Marcos Monti já havia participado da reunião que empossou a nova diretoria da AMCOP, em abril deste ano, em Marília, numa cerimônia que reuniu mais de 300 pessoas e 60 prefeitos.

Guilherme Afif recebe diretoria da APM

O secretário estadual do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos, recebeu o presidente da APM, Marcos Monti, o vice-presidente José Luiz Rodrigues (Zé Louquinho) e o secretário geral Aquevirque Nholla, na sede da Secretaria, em junho. O motivo da audiência foi discutir a implantação do MEI (Microempreendedor Individual), cuja lei entrou em vigor dia 1º de julho.



APM presente no lançamento do “Pacto das Águas”



O presidente da APM, Marcos Monti, participou do lançamento do Pacto das Águas no dia 2 de junho, em Bocaina. O evento contou com a presença do governador José Serra, dos secretários Xico Graziano (Meio Ambiente) e Dilma Pena (Saneamento e Energia) e de 195 prefeitos e 100 representantes de quase 300 municípios do Estado.

Marcos Monti compôs a mesa de autoridades e acompanhou a assinatura do Pacto, que prevê programas ambie-

tais nas cidades do Estado de São Paulo. “São Paulo é o primeiro Estado brasileiro a assinar o pacto internacional em defesa das águas, com adesão de mais de 300 municípios, mostrando a preocupação dos gestores municipais com o meio ambiente e, principalmente, com os recursos naturais”, comentou o presidente da APM.

Ao final do evento, José Serra, Xico Graziano e o prefeito de Bocaina, Kiko Danieletto, realizaram o plantio de quatro mudas de árvores à beira do rio Jacaré-Pepira e soltaram alevinos no rio.

Secretário de Estado da Habitação recebe diretoria da APM

O secretário de Estado da Habitação e presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Lair Krähenbühl, recebeu em audiência o presidente da APM, Marcos Monti, e o vice-presidente, José Luiz Rodrigues (Zé Louquinho).

A audiência ocorreu dia 3 de junho, no gabinete da CDHU, em São Paulo, e também contou com a presença do diretor de Planejamento e Fomento da CDHU, Mario Amaral.

Marcos Monti levou ao secretário o pleito de muitos municípios com relação à aquisição de terrenos para que possam ser construídas as casas da CDHU. “Hoje, a Prefeitura tem que doar o terreno à CDHU para ela construir as casas, mas muitos municípios,

infelizmente, não têm condições”, explicou o presidente da APM.

O secretário Lair Krähenbühl informou que está sendo feito um cadastro com os municípios para que seja traçada

qualquer tipo de investimento.

Na opinião de Marcos Monti, a audiência foi muito produtiva e a APM espera que esse assunto possa avançar, principalmente ajudando os municípios que não têm condições de investimento.

O secretário Lair Krähenbühl destacou a importância do envolvimento da APM e dessa integração com os municípios. “Apenas com a perfeita sintonia entre o Governo do Estado - por meio da Secretaria da Habitação e da CDHU - com os prefeitos, conseguiremos reduzir o déficit

habitacional dos municípios e oferecer aos cidadãos moradias com qualidade e dignidade”, concluiu Lair Krähenbühl.



Pleno Comitê de Articulação Federativa discute os reflexos da crise

A análise da conjuntura econômica do país frente à crise foi um dos assuntos abordados na reunião do Pleno Comitê de Articulação Federativa, realizada no dia 26 de maio, em Brasília.

Também entraram na pauta de discussões a avaliação do Ministério da Fazenda sobre as perspectivas das finanças públicas para 2009 e um resumo das medidas adotadas pelo Governo para o enfrentamento da crise.

O evento contou com a presença do presidente da APM, Marcos Monti, de entidades municipalista de âmbito nacional e estadual e de representantes de mais de 18 ministérios.

Segundo Marcos Monti, foram

mostrados os indicativos da crise e o quanto o Brasil perdeu, em comparativos com o cenário mundial. “Está provado que o Brasil foi afetado, mas menos que os outros países. Agora, os números mostram que o país está começando a se recuperar”.

Em sua opinião, as medidas adotadas pelo governo contra a crise foram de suma importância. “O governo tem mais flexibilidade para fazer isso. Ele pode emitir título da dívida pública, diminuiu o percentual do superávit primário (sobrando mais recurso para a União) e, com a queda da taxa da Selic, paga menos juros da dívida pública”.

Presidente da APM reúne-se com membros da diretoria

Os diretores e conselheiros da APM reuniram-se dia 27 de maio para discutir diversos assuntos ligados à entidade. O presidente da APM, Marcos Monti, fez um balanço do evento do Comitê de Articulação Federativa, realizado em Brasília; e anunciou os eventos que serão promovidos pela entidade este ano, com destaque para o 10º CBTIM, que ocorrerá em novembro.



Curso de Cerimonial forma sua quarta turma



Mais de 200 pessoas participaram das quatro edições do curso de Cerimonial Público, promovido pela APM nos dias 1º e 30 de julho, 27 de agosto e 30 de setembro.

Os cursos foram ministrados por Carlos Takahashi, coordenador do curso de Cerimonial do Instituto do Legislativo Paulista na Assembleia Legislativa do

Estado de São Paulo e chefe do cerimonial do gabinete do prefeito da cidade de São Paulo.

“Fico feliz com a APM por desenvolver esse trabalho. As pessoas têm vontade de aprender e isso me motiva a continuar. Vejo que há uma grande carência dos municípios em melhorar seus conhecimentos sobre cerimonial público”.

Curso sobre o MEI tem saldo positivo

A APM e a GTM WEB (Gestão Tributária Municipal) promoveram o curso “MEI – Microempreendedor Individual e os Reflexos nas Administrações Municipais”, no auditório da Associação, no início de setembro.

O curso foi ministrado por Eudes Sippel, membro do comitê gestor do Simples Nacional, Consultor Tributário da Confederação Nacional de Municípios – CNM, auditor de Rendas do Município de Santa Cruz do Sul/RS e Membro do Comitê Gestor do Simples Nacional.

Eudes apresentou o Portal Empreendedor, explicou o passo a passo na inscrição do MEI, falou sobre o SIMEI - Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional e abordou diversos outros assuntos relacionados ao tema.

Cerca de 30 pessoas participaram do curso, representando diversos municípios do estado de São Paulo. Eles receberam uma apostila contendo decreto, resoluções, conceitos básicos e informações gerais, incluindo perguntas e respostas e o manual do PGMEI.



Seminário sobre Improbidade Administrativa

A interação entre público e palestrantes foi a tônica do Seminário “Improbidade – Crime de Responsabilidade – Infrações Político Administrativas”, promovido pela APM, com apoio técnico da ASB Advogados e do Brasil-Cidade.

O Seminário, que ocorreu no dia 3 de setembro, foi coordenado pelo advogado Antonio Sergio Baptista e teve como palestrantes Isabela Giglio Figueiredo (advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil), Wilson Sabie Vilela (Especialista em Direito Administrativo, Constitucional e Processual Civil) e Maria Fernanda Pessati Toledo (advogada especialista em Direito Constitucional e Direito Proces-



sual Civil).

Após o encerramento das explanações, os palestrantes abriram espaço para as perguntas, possibilitando esclarecimento de dúvidas e troca de experiências. “A plateia foi atenta e seleta. Senti que o curso foi bastante produtivo e deve ter alcançado os objetivos desejados”, comentou o palestrante Wilson Vilela.



Curso Revisão de Dívidas Previdenciárias

As alternativas existentes na área previdenciária para que os municípios possam buscar créditos e reduzir as despesas foram alguns dos assuntos abordados durante o curso “Revisão de Dívidas Previdenciárias”, realizado no dia 23 de julho, na sede da APM.

Promovido pela APM, em parceria com a GTM WEB – Gestão Tributária Municipal, o curso reuniu mais de 50 pessoas, de diversos municípios do estado de São Paulo e até de Espírito Santo.

A abertura ficou por conta de Eudes Sippel, representante da Confederação Nacional de Municípios no Simples Nacional e na municipalização do ITR, Auditor de Rendas do Município de Santa Cruz do Sul/RS e Diretor do Departamento de Administração Tributária.

A palestra foi ministrada por Paulo Caliendo, professor de Mestrado e Doutorado em Direito Tributário na PUC/RS e doutor em Direito Público pela PUC/SP; e Sylvio Cademartori, advogado e consultor municipal especializado na área previdenciária e tributária.

ATIVIDADES DA APM

Eventos no auditório



Mais de 60 profissionais, representando diversas prefeituras do estado de São Paulo, participaram do Seminário “Nepotismo – Súmula Vinculante 13 –

republico e coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM; Darci Fernandes Pimentel, advogada e membro do Conselho Técnico da

Seminário sobre Nepotismo Iota auditório da APM

Questões Polêmicas – Improbidade Administrativa”, realizado dia 17 de junho, no auditório da APM – Associação Paulista de Municípios.

As palestras foram ministradas por Antonio Sergio Baptista, advogado - especialista em Direito Público

APM; e Isabela Giglio Figueiredo, Advogada, Especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM e Consultora Jurídica da CONAM - Consultoria em Administração Municipal.

O Seminário foi aberto pelo presidente da APM, Marcos Monti, o qual ressaltou a preocupação da entidade com os municípios e o papel da APM na promoção de cursos, seminários e congressos. “Procuramos sempre trazer temas de interesse aos municípios, para que a gente possa ajudar ou tirar dúvidas dos gestores municipais”, afirmou.



Microchip A impressão digital do seu pet para toda vida

Microchip é a tecnologia mais usada no mundo para identificação de animais, assegurando inúmeras vantagens para proprietários, veterinários, criadores, kennel clubes, associações de classes, entidades protetoras, universidades, petshops, zoológicos, centros de zoonose, consultórios, clínicas e hospitais veterinários, haras e hípicas, como:

- controle de zoonoses
- controle de ninhadas, plantéis e pedigree
- controle sobre reprodução de animais de rua
- controle e monitoramento médico pelo veterinário
- controle de certificação de origem e propriedade
- controle de eutanásia de animais extraviados com donos
- controle de roubos de animais de valor sentimental, genético e comercial
- controle de animais perdidos e achados
- controle de passaporte para viagens internacionais
- controle de trânsito entre municípios e estados (atestado de sanidade)



Lei Municipal Nº 14.483
Artigo 18, Junho 2007
ISO 11.784 e 11.785


Pet LinkTM
Banco de Dados Mundial

www.petlink.net/brasil
vendas: (11) 5543 6690
newimage@newimage.com.br

Venha conhecer Bertioiga: um paraíso à beira mar

A 80 km de São Paulo, cidade do Litoral Paulista esconde belezas naturais

Por: Assessoria de Imprensa/Prefeitura de Bertioiga

Com mais de 30 km de praias, Bertioiga também tem trilhas, cachoeiras e o verde predominante de uma mata intocável. O município é conhecido por abrigar a mais antiga fortaleza construída no Brasil, datada em 1532: o Forte São João, que fica no Centro da Cidade.

Além da parte histórica, Bertioiga também é celeiro de artesãos e artistas plásticos que revelam nos traços de seus pincéis e mãos hábeis, as formas da cidade cortada por uma das principais Rodovias do Brasil: a Rio-Santos. Com menos de 50 mil habitantes, na alta temporada Bertioiga é escolhida por turistas de várias partes do Brasil e até do exterior.

Segundo os historiadores, foi de Bertioiga que a naus de Martins Afonso partiu para fundar o Rio de Janeiro e São Vicente, por volta de 1531, apenas 31 anos depois do descobrimento do Brasil. Não se pode falar de Bertioiga, antes chamada "Buri-quioca" – que em tupi guarani significa "Morada dos macacos", sem lembrar dos 85% de área de preservação ambiental dos seus 492 km² de área territorial.

A pacata Bertioiga tem sido o ponto de escolha de muitos turistas que resolvem deixar a badalação para ficar em paz com a natureza, e é nos rios que banham a cidade que a pesca esportiva, o surf e os esportes aquáticos ganham novos adeptos de todas as idades.

Os rios Itapanhaú, Jaguareguava, Guaratuba e Itaguaré escondem belezas da fauna e flora brasileira. Espécies como tiê sangue, bicho preguiça, orquídeas, bromélias e muitas outras espécies podem ser vistas diariamente nas lentes

e focos de muitos fotógrafos brasileiros.

Uma viagem em meio a Mata Atlântica, de bonde, leva até a vila Itatinga construída em 1910 pelos ingleses, este é outro ponto turístico que não deve ficar fora do roteiro. No local existe um vilarejo, com casas construídas de madeira para abrigar os funcionários da Usina Hidrelé-

no pescado. Entre os meses de julho e setembro, a cidade recebe as festas tradicionais da Tainha e do Camarão na Moranga.

O calendário de eventos também contempla shows, atrações culturais, como o Festival da Índia, que acontece em janeiro e o Festival Nacional da Cultura Indígena, que acontece no mês de abril, que neste ano de 2009 recebeu mais de 45 mil pessoas, nos três dias de evento.

O Carnaval na praia é outra marca do município. Em vários pontos dos 33 km de praia, o carnaval ganha cores e brilho durante a noite, durante o dia, os blocos carnavalescos tomam conta das ruas para fazer a festa dos foliões. O calendário de eventos não poderia encerrar de forma diferente, senão com a queima de fogos que acontece em vários pontos da praia no Réveillon, dia 31 de dezembro.

Pontos turísticos

Um dos pontos turísticos principais de Bertioiga é o Forte São João. A fortaleza é a primeira construída em paliçada no Brasil, hoje reestruturada é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Forte

São João foi construído em 1532, e fica no Parque dos Tupiniquins. Além da parte histórica, o município mais novo da Baixada Santista, com 18 anos de emancipação político-administrativa, também oferece trilhas, praias, passeios ecológicos, pesca esportiva e esportes de aventura.

Serviço

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria de Turismo de Bertioiga que fica à Avenida dos Coqueiros, 114, Jd Veleiros. Site: www.bertioiga.sp.gov.br



tri-
ca Itatinga
que abastece, até os dias
atuais, todo o Porto de Santos, o maior
da América Latina.

A cultura indígena fica por conta dos mais de 400 índios da etnia Guarani, que vivem na Aldeia Rio Silveira, em Boracéia. Na aldeia eles cultivam palmito, e no rosto a pintura feita com corau revela que as raízes indígenas ainda sobrevivem mesmo com a evolução do homem e a globalização.

Na gastronomia, Bertioiga é destaque

Macaxeira

Por Claudio Manesco

A fictícia cidade de Macaxeira, no interior do Brasil, reúne personagens que tecem um cenário político folclórico, no qual o cômico e o trágico dão cores dramáticas a nossa realidade política.

Zé Gabiroba, já foi vereador, prefeito e presidente da Câmara por um montão de tempo. Depois de um tempo meio quieto é de novo presidente da Câmara Municipal. E diante de acusações não avermelha a face e as retruca uma a uma:

Atos Secretos – “Os únicos atos secretos que conheço são os que faço lá em casa entre as quatro paredes ou então quando dou umas escapadinha, já que a carne é fraca e ninguém é de ferro?”.

Filho intermediando empréstimos para servidores – “Meu fio é um santo. Ele tem tanta dó dessa gente, que montou um negócio só pra ajudar esse povo. E ainda tem gente que reclama?”.

Emprego para namorado da neta – “Aqui nessa cidade nós precisamos de cabra-macho, de sujeito que domina boi na unha e não tem medo de cara feia. Se o cabra aguentou aquela tnhosa, o resto é fresco. Tinha alguém melhor para o cargo?”

Funcionário à disposição da filha – “Minha fia é tida e havida como a próxima prefeita da cidade. É mãe dos pobres, figura abençoada por Deus Nosso Senhor. Cuidar da segurança dela é mais do que a obrigação. Deviam me agradecer”.

Para cada acusação Gabiroba tem respostas na ponta da língua e de quebra



acusa os adversários e a imprensa: “Essa gente sabe que está na minha mão eleger o próximo prefeito e todos ficam inventando coisas para vender jornal. Podem continuar, afinal de contas eu posso até vergar, mas não quebro nunca”.

Macaxeira sabe que Gabiroba tem razão. Só não se sabe se Macaxeira é tão forte assim. •

“ Os únicos atos secretos que conheço são os que faço lá em casa...”

10 CBTIM

Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios

Gestão do CONHECIMENTO

+ informações no site



Convite:

Convidamos os prefeitos(as), vice-prefeitos(as), vereadores(as), secretários(as) e diretores(as) municipais das áreas de Finanças e de Tecnologia da Informação; técnicos(as) do Executivo e do Legislativo municipal, estadual e federal; profissionais liberais da área de TI e estudantes universitários de cursos de Tecnologia da Informação para participarem do 10º CBTIM - CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS.

Data:

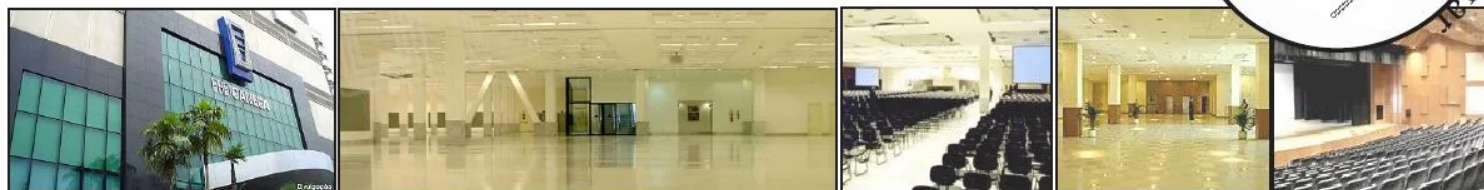
De 03 a 05 de Novembro de 2009



Se você é associado da APM verifique a comodidade que a entidade oferece para sua estadia.
Visite o nosso site para mais informações sobre hotéis:
www.apaulista.org.br

Local:

Frei Caneca Shopping
Rua Frei Caneca, 569 - Consolação - São Paulo - SP | www.freicanecashopping.com.br





Para as melhores soluções de produtos e serviços, o Poder Público pode contar com a presença do Bradesco.

O Bradesco oferece tecnologia, experiência e plataformas completas de atendimento, com produtos e serviços que atendem às necessidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Procure uma agência do Bradesco ou acesse nosso site e conheça todas as soluções exclusivas para o Poder Público.

bradescopoderpublico.com.br



Bradesco